

MULHERES DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

ANA CRISTINA PEREIRA E DÁRIO PEQUENO PARAÍSO



**DIREITOS
DAS MULHERES**

CONHECER, ANALISAR, SENSIBILIZAR

MULHERES DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

TEXTOS DE ANA CRISTINA PEREIRA E FOTOGRAFIAS DE DÁRIO PEQUENO PARAÍSO



**DIREITOS
DAS MULHERES**

CONHECER, CAPACITAR, SENSIBILIZAR

TÍTULO

Mulheres de São Tomé e Príncipe

AUTORES

Ana Cristina Pereira [textos]

Dário Pequeno Paraíso [fotografias]

EDIÇÃO

ACEP [Associação para a Cooperação Entre os Povos]

com

FONG-STP [Federação das ONG's em São Tomé e Príncipe]

ASMJ [Associação Santomense de Mulheres Juristas]

PDHEG [Plataforma dos Direitos Humanos e da Equidade de Género]

CAPA E CRIAÇÃO GRÁFICA

Ana Grave

PAGINAÇÃO E REVISÃO

Ana Filipa Oliveira / ACEP

IMPRESSÃO

GUIDE Artes Gráficas

DATA

Janeiro de 2018

ISBN

978-989-8625-17-5

DEPÓSITO LEGAL

439444/18

APOIO FINANCEIRO

União Europeia

Camões - Instituto da Cooperação e da Língua

Esta publicação foi elaborada com o apoio da União Europeia e do Camões, I. P. O conteúdo do mesmo é da responsabilidade exclusiva dos autores e dos promotores, e em nenhum caso pode considerar-se como reflectindo o ponto de vista dos financiadores.

5 PREFÁCIO

TEXTOS DE
ANA CRISTINA PEREIRA
E FOTOGRAFIAS DE
DÁRIO PEQUENO PARAÍSO

7 ROSA ANTÓNIA DO CARMO, A CONCILIADORA

13 ARLINDA DA SILVA DUARTE PARECE PRESA À ROÇA, MAS QUER EMIGRAR

23 ALICE TERESA DA CRUZ ANDA NUMA RODA-VIVA PARA CRIAR OS NOVE FILHOS

31 VERA CRAVID, A FAZEDORA DE JUSTIÇA

39 DOMITÍLIA TROVOADA RECUSOU-SE A METER O DIREITO NA GAVETA

47 PARA SER SUBMISSA JÚLIA SANTIAGO TINHA DE SE CONTORCER

57 MARIA DE FÁTIMA, UMA MULHER DE NEGÓCIOS

65 JUVELINA VIEIRA MONTOU UMA FÁBRICA EM CASA

75	FILOMENA ROQUE ESTÁ SEMPRE PRONTA PARA ENTRAR EM ACÇÃO
83	BEATRIZ AZEVEDO INVESTE HÁ ANOS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA
95	ERNESTINA MENEZES, O ROSTO PÚBLICO DA IGUALDADE DE GÉNERO
105	CÉLIA POSSER NÃO SE CONFORMA COM A INIQUIDADE DE GÉNERO
113	JANAÍNA LOPES DISCUTE AS NOVAS QUESTÕES DO FEMINISMO NAS REDES SOCIAIS
121	VICENTINA FERNANDES PASSA A VIDA A PEDIR AOS OUTROS QUE TENHAM SEXO COM RESPONSABILIDADE
133	CONCEIÇÃO LIMA, UMA VOZ CRÍTICA DO PASSADO E DO PRESENTE
147	AUTORES

PREFÁCIO

5

Este livro de histórias de mulheres de São Tomé e Príncipe é uma outra forma de contar o quotidiano e de revelar a realização ou a violação dos seus direitos no país. Nele são retratadas 15 mulheres que dão corpo aos desafios do dia-a-dia – as que lutam diariamente pela promoção dos direitos das mulheres no país, as que são “mãe, pai, tudo” e sonham futuros diferentes para os filhos, as que dão a volta e exigem ser voz activa na sociedade, as que são mulheres de negócio ou da política, as que se recusam a encaixar no estereótipo. O livro procura dar-lhes espaço e protagonismo através de testemunhos que podem “dar força a outras mulheres”, como refere a costureira Júlia Santiago.

Os desafios são múltiplos para alcançar a realização plena dos direitos das mulheres no país, porém estas histórias demonstram que têm sido dados passos nesse sentido. É referido, por diversas vezes, que as mulheres estão a abrir os olhos e que os homens não estão a gostar. “É difícil mudar essas cabeças”, desabafa Rosa Antónia do Carmo, que tem participado em acções de formação sobre direitos das mulheres e é vista como a conciliadora na sua comunidade.

As histórias, recolhidas por uma jornalista portuguesa e um fotógrafo santomense, atentos à(s) realidade(s), à realização e violação dos direitos humanos, são especialmente dirigidas aos leitores e leitoras santomenses e procuram ser mais um contributo para se falar da igualdade de género no país e despertar consciências. Porque “há, apesar de tudo, uma sensação de mudança”.

Mulheres de São Tomé e Príncipe é o culminar de dois anos do projecto *Direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe - conhecer, capacitar, sensibilizar* levado a cabo pela ONG portuguesa Associação para a Cooperação Entre os Povos e as ONG santomenses Associação São-tomense de Mulheres Juristas, a Federação das ONG's em São Tomé e Príncipe e a Plataforma de Direitos Humanos e Equidade de Género, tendo como associado o Instituto de Género de São Tomé e Príncipe.

Este projecto permitiu, por um lado, ajudar a melhorar o quadro legislativo de protecção dos direitos das mulheres em São Tomé e Príncipe, apresentando um conjunto de propostas-lei à Assembleia Nacional e, por outro, procurou capacitar diversos actores e sensibilizar a sociedade em matéria de equidade de género, ao longo de todo o país. Numa outra vertente, o projecto promoveu a procura de conhecimento sobre a realidade, em dimensões como a representação das mulheres nos media, as lacunas legislativas de protecção dos direitos das mulheres ainda existentes e as competências das organizações da sociedade civil para trabalharem estes temas. Foi ainda produzido um conjunto de materiais de comunicação e de informação sobre direitos que permanecem disponíveis mesmo após o término do projecto.

O apoio financeiro foi assegurado pela União Europeia, através de o Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos, e da Cooperação Portuguesa, através de o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua.

ROSA ANTÓNIA DO CARMO, A CONCILIADORA

7

Chamo-me Rosa Antónia do Carmo. Tenho 44 anos. Nasci na ilha do Príncipe. Quando eu era criança, o Picão, no distrito de Pagué, era um deserto. Tudo estava ainda obscuro. Ainda não havia libertação. Agora, tudo está mais evoluído. O Picão tem igreja, tem posto médico, tem escola, tem creche, tem campo de bola...

Nesse tempo, a escola ia da 1ª à 4ª classe. A partir da 5ª classe, só na cidade de Santo António. Então, eu ia para a cidade. Tem caminho grande e caminho de mato. A gente ia pelo caminho do mato. Estudei até à 9ª classe.

Naquela altura, eu sonhava ser uma mulher trabalhadeira, uma mulher que cuida dos outros. Hoje, eu cuido de alguns velhos e de alguns menores que não têm pai, como os meus filhos não têm pai.

Eu nunca me casei. Eu me amantizei. O meu pai de filho era tão lindo! Vivemos juntos muitos anos. Tínhamos roça. Ele pescava. Era um homem de trabalho. Pegava muito peixe. Eu vendia negócios da roça, vendia peixe. Eu era muito feliz com ele. Ele tocava guitarra. Ele tocava guitarra e eu cantava. Ele era um pai muito zeloso. Morreu há sete

AOS HOMENS, SEMPRE DIGO QUE A FORMAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NÃO É SÓ PARA AS MULHERES.

8

anos. Tenho muitas saudades dele. Não há outro igual. Estive muito tempo sem ninguém. Agora há seis meses arranjei outro – para relaxar a memória (ri-se).

Os meus filhos estão crescidos. Só tenho dois menores. Um tem 15 anos. O outro tem 10 anos. Só esses dois vivem comigo. O meu filho mais velho tem 27 anos. É professor de língua da terra, Lung'ie, o crioulo do Príncipe. A minha filha tem 22 anos. Está estudando ainda, está a terminar Matemática, mas também trabalha. Ela trabalha numa loja. Tenho três netos já. Meus netinhos estão bonitos!

Sou uma mulher doméstica. Faço alguns negócios. Compro peixe, vendo peixe. Compro gasolina, vendo gasolina. Compro petróleo, vendo petróleo. Traço cesto. O meu trabalho é trançar cesto, fazer abajur. Esse é que é meu trabalho. Eu digo que esse é o meu trabalho porque é disso que eu sobrevivo.

Como é que isso começou? Eu estava triste. Ester Costa Alegre, coordenadora dos projetos da área social da Fundação Príncipe Trust, foi para minha casa. Ela disse: “Vem para Paciência, você vai distrair.” A Cooperativa de Artesanato junta várias mulheres. Cheguei lá e apanhei com um senhor velhinho, o senhor Leandro. Ele ensina cestaria e esteira. Eu disse: eu mesma vou cortar andala. Eu sei trepar palmeira que meu pai de filho me ensinou. E comecei a trepar palmeira, a cortar andala, a trançar cesto.

Como eu tenho um bocadinho de sobra, eu ajudo a cuidar de cinco



crianças que o pai abandonou. A mãe trabalha arduamente para cuidar delas. Por exemplo, quando eu faço venda de abajur, recebo um dinheiro um bocadinho grosso, compro um saco de arroz e dou para eles e para quatro velhos. Quando é festa, faço uma panela de comida e levo para eles e para os velhos.

Quando ficam doentes, esses velhos mandam-me chamar. Quando têm dores, sou eu que compro remédio para eles. Eles têm família, mas a família não se importa. A pensão de reforma é de 300 mil dobras. Não chega. Na zona não tem Cáritas. Como não tem, eu cuido deles. Tenho lá um velhinho com os olhos furados. Ele está assim por causa de complicações com a mulher. A mulher pegou na faca e furou os olhos dele. Ela já morreu, mas ele está vivo, com os olhos furados. Por isso, eu aconselho todos a não brigarem.

Fiz formação de direitos das mulheres e das crianças. Eu sempre tive esse debate na minha zona, porque eu amo muito meus menores e também não quero que ninguém toque nos menores dos outros. As pessoas, quando a criança fazia alguma coisa de mal, em vez de conversarem com a criança, pegavam e batiam fortemente. Os meus vizinhos diziam-me. Eu ia lá. Fiz essa formação e agora consigo debater melhor. Agora, até quando há confusão entre maridos e esposas alguém me vem chamar: “Rosa tem briga lá!”

Eu converso com as mulheres quando estamos na ribeira a lavar roupa. Também vou à escola falar com adolescentes. Sou conselheira em todo

EU CONVERSO COM AS MULHERES QUANDO ESTAMOS NA RIBEIRA A LAVAR ROUPA. TAMBÉM VOU À ESCOLA FALAR COM ADOLESCENTES.

o lugar. Mesmo na Igreja Adventista do Sétimo Dia sou conselheira de lares e de famílias. Faço seminário com adolescentes. Faço seminário com mulheres. Faço seminário com homens.

Aos homens, sempre digo que a formação de violência doméstica não é só para as mulheres. Se o pai bate na mãe, os filhos também são ofendidos. Se ama a mãe, ama os filhos do mesmo jeito. Muitos dizem que é normal bater nas mulheres. Eu digo que não, que a mulher é para ser amada. Muitos não vão querer ouvir esta história, mas alguns já estão a entender. Estão a modernizar pouco a pouco. Também existem mulheres que dizem que é normal os homens baterem nelas. Mas eu sempre digo que não, que não se deve. Temos de ser exemplo para os nossos filhos. Ela aceita que o homem bata nela? E os filhos? Ele vai fazer pior!

Antes eu ia conversar com as pessoas, mas não tinha essa maneira como agora tenho. Na formação que nós tivemos sobre violência doméstica, a formadora disse que antes de conversar com alguém que cometa violência a gente deve fazer amizade com essa pessoa. Se você não fizer amizade com essa pessoa, você não consegue conversar com essa pessoa. Primeiro tem de se fazer amizade. Chamar, tomar um sumo.

Já consegui moralizar a mulher que batia no homem na minha zona. Ela é um pouco brava. Eu ia um dia buscar lenha, cruzei com ela. Eu disse: “Vamos para a lenha.” Ela disse: “Não, não ando com você.” Eu

disse: “Vamos, é aqui perto.” Eu insisti com ela. Então chegámos lá no mato e eu conversei com ela. Eu disse para ela: “Sempre você atira no marido, sempre essa queixa chega nos meus pés. O teu marido diz que você, à mínima, atira nele.” Conversei muito com ela. Contei a ela histórias de antepassados. Pessoas que faleceram com vários problemas. Eu disse: “Cancro na mama, cancro na garganta, é por causa de briga com homem. A mão de homem é sempre grossa. Quando apanha você num lugar, quando chega na velhice é isso que sai. Minha sogra brigava muito com o marido. Ela deu ao marido com um pau de pilão nas costas e ele teve problema de peito. Ele deu nela com um garrafão de vinho no seio e ela morreu com cancro. Se quer ter vida boa, não briga, tem de viver uma vida estável.” Quando houve uma briga, ela veio-me chamar. E agora somos muito amigas.

Tenho mais amizade com os machos do que as mulheres. Eu sempre colaboro com os machos da minha zona. No meu quintal só colaboram os machos. Eu converso muito com eles. Se querem a mulher linda, não devem bater nela. As mulheres também, se querem ver os homens lindos, não devem bater neles. Na minha zona, graças a Deus está um pouquinho melhor, mas é difícil mudar essas cabeças.

ARLINDA DA SILVA DUARTE PARECE PRESA À ROÇA, MAS QUER EMIGRAR

13

Está no sítio que a viu entrar no mundo, já lá vão 37 anos. Está na antiga Roça Vista Alegre, entre a Madalena e a Trindade, ponto nevrálgico da actividade agrícola de São Tomé.

Um terreiro compõe o eixo a partir do qual esse mundo se organiza ainda hoje. A antiga casa senhorial, sobrelevada, testemunha a ordem de outrora. Vazia, parece um espectro. Cá em baixo, a norte, as antigas sanzalas, uma sucessão de pequenas casas e, a leste, os antigos armazéns e o antigo hospital.

Abolida a escravatura, em 1875, o trabalho forçado persistiu no arquipélago de São Tomé e Príncipe em lugares como este. Homens e mulheres oriundos de outras colónias, em particular de Cabo Verde, de

NÃO SE SENTIA DIFERENTE POR TRABALHAR. TRABALHAR ERA O QUE FAZIAM AS CRIANÇAS DA IDADE DELA.

14

Angola, de Moçambique, do Golfo da Guiné, foram contratados como serviçais. Ao abrigo desse regime, que oficialmente terminou em 1962, desembarcaram os pais de Arlinda da Silva Duarte.

Quando Arlinda da Silva Duarte veio ao mundo, já São Tomé e Príncipe se livrara do colonizador. A independência fora celebrada no dia 12 de Junho de 1975. As empresas agrícolas e as suas dependências foram nacionalizadas. Os trabalhadores continuavam a viver e a trabalhar nos mesmíssimos assentamentos rurais que tinham sido impulsionados pelo ciclo do café e do cacau, mas sob a égide do Estado.

“Os pais trabalhavam aqui na roça”, conta. “Tínhamos muita carência. Quem nos dava apoio era o grupo de Leigos para o Desenvolvimento. A gente não tinha condições de estudar. Eles davam dinheiro para matrícula, material de escola, roupas mesmo para vestir. Sempre eles é que apoiavam. Depois de 4ª classe já a gente não conseguia estudar mais. Havia escola, mas os pais não conseguiam pôr na escola.”

Deixou a escola aos 11 anos, quase 12. Começou a trabalhar ali mesmo, na roça. “Capinava. Todo o tipo de trabalho eu fazia, só que era dividido ao meio. Se pessoa adulta capinava 50 metros quadrados, criança capinava 25 metros quadrados.” Capinar, bem entendido, é limpar terreno de capim e outros matos.

Não se sentia diferente por trabalhar. Trabalhar era o que faziam as crianças da idade dela. “Os meus irmãos mais velhos também faziam

esse trabalho. De mim para baixo não. Depois, acabaram com isso. Dividiram roça. Cada família tomou roça. Agora, cada um depende da sua roça. Acho que melhorou muito.”

Arlinda da Silva Duarte refere-se à política de privatização das empresas agrícolas e à distribuição de terras, que foi iniciada em 1993, pouco depois da abertura democrática. O programa, destinado a redimensionar as deficitárias empresas agrícolas, passou pela partilha de terra arável, sobretudo, a pequenos agricultores.

Mais e mais crianças foram prosseguindo os estudos. “Mesmo os que não têm essa possibilidade de pôr na cidade, até 12ª classe já consegue. Aqui mesmo na Trindade, em Margarida Manuel, fazem. Se as crianças saírem daqui às seis horas chegam lá às 7h40 a oito horas. Primeiras aulas não apanham. Sempre chegam atrasadas.”

Ainda adolescente, Arlinda da Silva Duarte fez um intervalo nesta vida de roça. “Uma senhora pediu para eu ir. Eu fui para casa dela tomar conta de bebé. Lá eu conheci um rapaz. Começámos a namorar. Engravidei. Eu não sabia que estava grávida. Comecei a adoecer bastante. A senhora levou-me para consulta, descobriu que eu estava de bebé e devolveu-me aos meus pais.”

Contava 16 anos. Não tem memória de ira familiar. “Os pais receberam-me só. Depois, mandaram chamar o moço. Conversaram com ele. E eu fui para casa dele, viver com ele.” Nem imaginava. “Foi muito difícil. Foi muito difícil porque ele estava a estudar. Ele teve de

deixar de estudar para ir trabalhar. Como ele estava a fazer 10º classe, foi dar aulas na primária. Eu tive de deixar de trabalhar.”

Não tinham uma parcela de terreno na qual pudessem levantar uma casa. “Nas primeiras horas, vivíamos com os pais dele. Depois, o pai dele deu casa e ficámos só os dois. Quando era só ele, eu e bebé, o dinheiro dava. Depois, apareceu mais um e mais um. Começou a complicar. Ele começou a beber. Já não ia para o trabalho. Batia-me. Batia-me muitas vezes. Separei. Vim para aqui, com pai e mãe.”

Tinha sido mãe aos 17, aos 18 e aos 21 anos. Deixava as crianças com alguém da família e ia trabalhar. Pôs os filhos na escola. “Era com muita dificuldade mesmo, mas conseguia. Depois, começou a apertar demais. Não conseguia assistir a todos os filhos. Tive de entregar uma filha a um amigo para ele criar.”

Não faltam *minas kiá*, isto é, meninas entregues a famílias às quais devem ajudar a tomar conta de crianças e a fazer outras tarefas domésticas. A filha dela frequenta a escola. Está a terminar a 12º classe. Dá uma ajuda lá em casa, mas tem sítio para encostar a cabeça, comida para levar à boca, material para estudar, o que é mais do que Arlinda da Silva Duarte seria capaz de lhe garantir. “Ela está bem.”

Arlinda da Silva Duarte refez a vida amorosa. “Arranjei um outro marido. Não era melhor financeiramente, mas a convivência era 30 mil vezes melhor. Fiz mais uma filha. Vivemos juntos dez anos. Acabámos por separar também.” Não foi tão penoso como na primeira



vez. “Primeira filha cresceu. Ela queria namorar. Ele sempre ficava a implicar com ela. Sempre todo o dia conflito, conflito, conflito. Achei por bem ficar separada dele. É claro que não ia trocar minha filha por um marido!”

Arlinda da Silva Duarte tornou a refazer a vida amorosa. “Arranjei outro marido e tenho agora um bebé. Esse é o último filho!”, diz ela, sorridente. O planeamento familiar, por fim, começa a fazer sentido na cabeça dela. São cinco filhos. A mais velha já engravidou, já pariu, já está a fazer a vida dela. A segunda continua a morar em casa do amigo. Os três mais novos, de 16 anos, oito anos e um ano, vivem com a mãe numa casa que é só um quarto e uma sala. Cozinhar é lá fora. Tomar banho também – a água não chega com força ao balneatório público. Quando querem fazer as suas necessidades enfiam-se no mato.

As antigas sanzalas eram quadradas. O Estado construiu outras casas um pouco maiores. “Pegaram em quem tinha mais filhos e mandaram para *chalets*. Essas casas mais pequenas ficaram para quem tinha menos filhos”, explica ela. “Deram-me uma. A casa era só um quartinho. Aqui era varanda. Da varanda fiz uma salinha.”

Da casa dela vê-se o terreiro – o colorido das roupas estendidas ao sol, a algazarra das crianças a jogar à bola, a desordem do capim. Ao lado da antiga casa senhorial, há uma série de secadores solares dispostos uns ao lado dos outros. Nada de muito sofisticado. Uns caixotes de madeira, com cobertura de vidro.

PEGARAM EM QUEM TINHA MAIS FILHOS E MANDARAM PARA 'CHALETS'. ESSAS CASAS MAIS PEQUENAS FICARAM PARA QUEM TINHA MENOS FILHOS.

19

Arlinda da Silva Duarte faz parte da Associação de Mulheres de Vista Alegre, que surgiu no âmbito do Projecto de Desenvolvimento Sócio-Comunitário de Mé-Zochi, promovido pela Santa Casa da Misericórdia de São Tomé. Produzem compotas, farinhas, caixas, bonecas de folhas de bananeira. Ela e outras quatro mulheres receberam também alguma formação e um secador para produzir banana seca.

Há cinco anos, apareceu aqui uma organização não governamental portuguesa chamada Move. “Vieram ajudar a que negócio seja mais benéfico.” Aprenderam a fazer controlo de caixa e a bater às portas certas”, diz ela. Têm trabalhado na imagem da marca, na expansão dos pontos de venda, na angariação de apoios.

Eram cinco mulheres. Agora, são sete. Tinham um secador solar. Agora, têm 13. As bananas são desinfetadas, limpas, descascadas, dispostas em tabuleiros e postas a secar. Têm banana seca à venda em cinco lojas. E aguardam financiamento para renovar as instalações – reparar o telhado, melhorar a cozinha, comprar um forno eléctrico.

Num mês, fazem 140 a 160 pacotes de banana seca. “Para viver bem, não dá, mas já minimizou muito”, garante. Neste negócio, ganha 600 a 700 mil dobras por mês. Na roça, produz mandioca, banana, cacau. “Com esse pouco a gente não fica sentada a depender do marido. Há muita mulher que é mãe, é pai, é tudo. Com um bocadinho que tira na associação, um bocadinho que faz na roça, já dá para sobreviver.”

COM ESSE POUCO A GENTE NÃO FICA
SENTADA A DEPENDER DO MARIDO. HÁ
MUITA MULHER QUE É MÃE, É PAI, É TUDO.

20

Arlinda da Silva Duarte não se queixa do companheiro, que emigrou para Inglaterra. “Todo o mês ele manda dinheiro para a alimentação. Não sei mais além porque a gente não confia. Homem são-tomense é muito bandido.” Está escaldada. “Esse pai desses três meus filhos mais velhos depois que começou a beber ficou chanfrado, não trabalha, não faz nada. Essa quarta filha, pai também não dá nada. Tudo é comigo.” Irá algum dia sair do sítio que a viu chegar ao mundo? “Sair de Vista Alegre para ir para outra parte de São Tomé, não. Sair daqui, de São Tomé, e ir para a Europa, trabalhar, procurar outro meio de vida para mim e para os meus filhos, sim, eu gostava.” Só sonhar com a saída da ilha a faz sonhar com uma vida diferente na ilha. Pode vir a acontecer. “O meu marido quer que eu vá com bebé. Vamos ver!”



ALICE TERESA DA CRUZ ANDA NUMA RODA-VIVA PARA CRIAR OS NOVE FILHOS

23

Esta manhã, Alice Teresa da Cruz, 39 anos, acordou sem saber como havia de quebrar o jejum aos filhos. “Levantei-me e não tinha nada para pôr no fogo. Tive de fazer dívida na barraca. Tomei um quilo de arroz da mão da senhora e fui na minha irmã pegar um pouco de açúcar e vim fazer arroz doce.” Um improviso. Para fazer o arroz doce tradicional, teria de juntar leite de coco, pau de canela, cravinho e casca de limão.

Quem anda pela estrada principal da ilha de São Tomé pode ser tomado por uma certa ilusão de abundância. Tem dono toda essa fartura – fruta-pão, jaca, sape-sape, goiaba, papaia, manga – que se pode ver suspensa nas árvores. E Alice Teresa da Cruz tem nove filhos, numa escadinha que vai de um ano a 19 anos, sem pai que se importe.

“A gente está entregue a Deus. Quando tem a gente come, quando não tem a gente não come.”

Senta-se num banco com várias crianças em redor. “Não tive sorte”, suspira. O corpo magríssimo, resistente. A roupa justa, escura. A voz grave, cansada. Sem soltar um ai, o bebê instala-se no colo dela, levanta-lhe a camisola e põe-se a chupar um dos seus seios. Há de fazer isso várias vezes e Alice Teresa da Cruz há de continuar a falar, com toda a naturalidade. “Primeiro homem que tomei, deixou-me grávida com quatro filhos”, diz. “Não deu nenhuma assistência desde que foi para Angola, já tem 16 anos. Não manda coisa a essas crianças, não escreve, não telefona, nem nada. Nem sei se está vivo, se está morto.”

Nem sabia para aonde havia de se virar, mas virou-se. “Essas crianças cresceram, graças a Deus. Esses gémeos estão na 10^a classe. Essa que deixou de barriga está na 8^a. A primeira minha criança com ele não estudou muito, porque eu não conseguia encontrar pessoa para ajudar com ela. Então ela parou na 7^a classe.”

Aqueles cinco ainda não estavam criados, vieram os outros quatro, uns atrás dos outros. “Com todas as dificuldades, eu pensei que um outro homem me ia ajudar. Arranjei outro homem. Tive quatro filhos com ele. Largou-me grávida de quatro meses desse garoto aqui. Agora, diz que o filho não é dele...”

Moravam mais para Sul, seguindo pela mesma estrada sinuosa, acomodada aos contornos da encosta da ilha, que vem desde a cidade

COM TODA ESSA FALTA DE ASSISTÊNCIA
DOS PAIS DELES, É MUITA DIFICULDADE
NA MINHA VIDA.



de São Tomé e segue em direcção a Porto Alegre. Ele trabalha na Agripalma, a parceria público-privada de plantio de *palmeira-dendém* ou palmeira-de-andim e produção de óleo de palma estabelecida em 2009 sob protesto de ambientalistas. “Produz carvão.”

Quando se viu na rua, grávida, com os oito filhos, Alice Teresa da Cruz veio para a casa que começara a construir em São João dos Angolares. É uma casa igual a muitas outras que se vêem pela ilha. Uma estrutura de madeira construída sobre barrotes, com o seu delicado alpendre, o telheiro coberto com folhas de zinco, panos coloridos nas portas e janelas. Para lá chegar é preciso palmilhar um caminho de terra batida que parte da estrada, entre pequenas hortas, águas paradas, porcos e galinhas. Só que a casa não estava assim. “A casa estava aberta. Não tinha paredes. Tinha panos. A gente vivia praticamente na rua.”

Alice Teresa da Cruz “ia para a praia toda a hora”. “Tirava um bocadinho para comida, um bocadinho para guardar. Não sou de beber, não tenho esse vício. Com esse dinheiro, comprei tábuas. Uma amiga deu dez tábuas. Outras pessoas ajudaram.” Agora, tem sala, cozinha, dois quartos. “Falta botar janelas e portas.”

Continua a trabalhar como *palaiê* o mais que pode. “Vou para a praia, tomo peixe da mão dos pescadores e vou vender. Naquele ganho que eu tenho, tenho de voltar para fazer conta com os pescadores. Com aquele lucro é que vou mantendo a casa e pagando as dívidas. Estou cheia de dívidas.”

Está a dever a água e a luz. “Creche do ano passado ainda não paguei. Há dois anos que não consigo pagar. As crianças vão para a creche à tarde e eu aproveito para ir para a praia.” Tem aparecido menos peixe. “Com toda essa falta de assistência dos pais deles, é muita dificuldade na minha vida.”

Há muita mulher que é mãe e pai nestas ilhas verdejantes, situadas no golfo da Guiné. Os censos de 2012 apontavam para 41,2% chefes de família do sexo feminino, mais 9% do que em 2001. Isso terá que ver com a entrada das mulheres no mercado de trabalho, o aumento da escolaridade, a emancipação, mas também com a tendência crescente de não assunção de responsabilidades paternais.

Alice Teresa da Cruz pediu ao tribunal para regular as responsabilidades parentais. Quer forçar o pai dos quatro mais novos a ser mais responsável do que o pai dos cinco mais velhos. “Fiz queixa dele. Ele começou a dar assistência. Dava 600 mil dobras para alimentar esses filhos. Deixou de dar. Dezembro não deu nada. Janeiro não deu nada. Fevereiro não deu nada.” Tem de voltar ao Ministério Público.

Porquê tanta criança? “Planeamento familiar não calhou comigo. Adoecia bastante. Uma vez eu tomei uma picada, vi que não calhou comigo e deixei. E tive todas essas crianças”, responde. “Mais é coisa de comer e de escola. Propina para pagar. Eles todos vêm pedir. Não sei como pagar. Até ontem uma estava a chorar. Professor disse que



TIRAVA UM BOCADINHO PARA COMIDA,
UM BOCADINHO PARA GUARDAR. COM
ESSE DINHEIRO, COMPREI TÁBUAS.
OUTRAS PESSOAS AJUDARAM.

ela não vai fazer teste, se não pagar 20 mil dobras. Eu só tinha 50 mil dobras. Eu disse: se vou dar a você 20 mil dobras para pagar propina, o que faço para comer?”

Tem de pagar as propinas de quatro. A partir da 7ª classe, é preciso pagar propina trimestral. São 35 mil dobras por cada um. E tem de pagar o material usado nos testes. São outros 20 mil por cada um. E lá vão 220 mil dobras. E a creche são outros 450 mil por ano. Paga 900 mil, porque tem lá dois. E eles têm de levar pão e bebida. Às vezes, pedem-lhe sumo de pacote. “Digo que não vão beber mais isso, porque faz mal.”

Não está totalmente só. Há cada vez mais gente preparada para defender os direitos das mulheres. Uma delas é a vizinha dela, Beatriz Azevedo, deputada na Assembleia Nacional, que lhe diz: “Não pode desanimar, comadre. Mesmo com a miséria que está a viver, tem de encarar a sociedade, tem de ser batalhadora, tem de manter essas crianças na escola. Amanhã, se tiverem formação, essas crianças vão ajudar.”

VERA CRAVID, A FAZEDORA DE JUSTIÇA

31

Primeiro motivo pelo qual as mulheres de São Tomé e Príncipe procuram Justiça: não pagamento de pensões de alimentos a filhos menores. Segundo motivo pelo qual as mulheres de São Tomé e Príncipe procuram Justiça: não reconhecimento de paternidade de crianças nascidas fora do casamento. Terceiro motivo pelo qual as mulheres de São Tomé e Príncipe procuram Justiça: violência doméstica.

À falta de estatística judicial, a escala é ditada pela experiência da procuradora Vera Cravid. Apesar de não haver especialização no Ministério Público, aquela magistrada, de 46 anos, dedica-se sobretudo aos processos que se prendem com direitos dos trabalhadores, das mulheres e das crianças.

Estudou Direito em Coimbra, na região centro de Portugal. Em 2004, estava a fazer estágio de advocacia quando abriu concurso público para a magistratura em São Tomé e Príncipe. Aproveitou para regressar. Queria estar perto da mãe. E ajudar a erguer o país. “Havia pouca gente com formação a trabalhar nos serviços públicos e não havia advogadas senhoras e isso também me motivava.”

HAVIA POUCA GENTE COM FORMAÇÃO A TRABALHAR NOS SERVIÇOS PÚBLICOS E NÃO HAVIA ADVOGADÁS SENHORAS E ISSO TAMBÉM ME MOTIVAVA.

32

Dedicou-se à carreira. Nunca se casou e nunca teve filhos. Na família, ninguém faz perguntas. São cinco irmãos e só dois têm filhos. Fora da família é outra história. Quando era jovem, advertiam-na: “Não tens filhos?! Cuidado que a idade está a avançar!” Agora, que está mais velha, dizem-lhe: “Ah, tens de adoptar. Vai à Santa Casa!” Parece-lhe que a sociedade não concebe a existência de uma mulher sem filhos. “Se não tiver filhos próprios, que os adopte!” Mesmo sem um estudo sociológico que lhe sirva de base, está convencida de que essa pressão está na origem de grande parte dos casos que lhe chegam às mãos.

Quando um homem e uma mulher se unem, num instante se instala a expectativa de chegada de uma criança. Se não vem logo, há gente que se atreve a fazer comentários agressivos: “Só está a comer a banana do marido.” Interpretação de Vera Cravid: “Ela está a receber benesses e não está a dar nada em troca. O que é que ela tem para dar em troca? Um filho, pensa ela, esquecendo-se de perguntar se ele quer ter.”

O homem nem sempre é livre. “Alguns já têm uma relação estável e arranjam outra mulher”, sublinha. “Andam por ali, deixam ficar um dinheirito. Muitas vezes, até constroem quartos, fazem puxadinhos. Eles querem ter um conforto quando lá chegam. Elas ficam convencidas de que eles vão viver com elas. ‘Ele me deu casa, me deu mobília, me dá dinheiro, tenho de lhe dar alguma coisa em troca.’”

Pode ser o cabo dos trabalhos para registar aquela criança. “Se não tiver alguma coisa parecida com ele, o homem considera que a criança



DÁ IDEIA QUE HOMEM PODE TUDO E MULHER TEM DE ACEITAR TUDO. SE ELE QUISER TER TRÊS MULHERES E UMA CATREFADA DE FILHOS, FELIZ DA VIDA QUE A MULHER TEM DE ACEITAR.

34

não é dele. Então a criança precisa de crescer e de ter algo parecido”, explica a magistrada. E mesmo assim pode ser uma luta para ele pagar a pensão de alimentos. “Muitos entendem que ao dar dinheiro às crianças estão a alimentar as mães e que as mães vão alimentar os futuros maridos.”

A espécie poligamia, que não tem existencial legal, mas tem larga aceitação social, chama-se vivenxa. “Dá ideia que homem pode tudo e mulher tem de aceitar tudo. Se ele quiser ter três mulheres e uma catrefada de filhos, feliz da vida que a mulher tem de aceitar. A sociedade não reage dessa forma se for a mulher a ter esses comportamentos.”

A estatística nacional corrobora com a sua experiência. O Inquérito aos Indicadores Múltiplos feito em 2014 revela que muita gente acha aceitável um marido bater na sua mulher – se ela lhe for infiel, negligenciar as crianças, sair sem lhe dizer, discutir com ele, queimar a comida ou recusar-se a fazer sexo. E a percentagem é maior entre as mulheres (19%) do que entre os homens (14%).

Muita violência doméstica não chega às autoridades. E muita da que chega fica pelo caminho. Sendo um crime público, qualquer um pode apresentar queixa e ninguém pode retirá-la, mas há modos de dar a volta a esse princípio legal. As vítimas sabem disso. “A gente notifica e não vêm. Se a gente não consegue fazer a instrução do processo, arquiva. Quando aparecem segunda vez, a gente pergunta

o que aconteceu. ‘Ah não, um familiar pediu-me para não vir, a minha mãe falou comigo...’”

A conceção de mulher-vítima e homem-agressor, que leva a desculpar a violência contra as mulheres, vira-se contra os homens quando são eles as vítimas. Diz a procuradora que em São Tomé e Príncipe, como noutros países, só em situações extremas os homens fazem denúncia. “Têm de estar muito determinados. Até chegarem ao tribunal, já levaram muitas críticas – ‘você não é homem?’, ‘é você que manda na mulher ou é a mulher que manda?’, ‘você é um frouxo’, ‘a mulher já te enfeitiçou.’”

A violência pode assumir formas diversas. Vera Cravid dá um exemplo: “Alguém que sai de manhã, não pergunta se tem alguma coisa para comer, não deixa um tostão, vem à noite e quer comida.” E logo outro: “Alguém que tem cinco filhos e antes de sair de casa tira um bocadinho de arroz, uma perninha de frango, metade de um tomate, cebola e tranca a dispensa e quando volta ainda quer comer! Isto acontece!”

O modo como a sociedade se estrutura exige muito das mulheres. Parece-lhe que para perceber isso basta fazer um passeio pela ilha ao fim-de-semana. “A mulher está a lavar roupa com as crianças às costas ou ali ao lado a ajudar. O que é que o homem está a fazer? Está à beira do rio, a beber vinho de palma, a lavar o carro ou a motorizada. E nem pergunta se ela quer boleia para casa! Ela põe a gamela na cabeça, pega nas trouxas. Os filhos pequeninos vão atrás, uns a seguir aos outros. E ele vai embora.”

O MODO COMO A SOCIEDADE SE ESTRUTURA
EXIGE MUITO DAS MULHERES. PARECE-LHE
QUE PARA PERCEBER ISSO BASTA FAZER UM
PASSEIO PELA ILHA AO FIM-DE-SEMANA.



Foi neste contexto que aceitou ser a primeira mulher a dirigir a polícia de investigação criminal. Foi no final de 2012. Antes da reforma de 2008, essa força “era um mundo só de homens”. Naquela altura, só havia oito mulheres a trabalhar como inspectoras. Alguns homens reagiram mal à nomeação de Vera Cravid.

A procuradora dava uma ordem e alguns faziam de conta que não era com eles. Teve de os pôr no lugar. E eles começaram a dizer-lhe: “A senhora fala como um homem, a senhora toma decisões como um homem”. Ficou só um ano e tal. Tempo suficiente para verificar que, na cabeça de alguns, ser mulher é incompatível com exercer autoridade. “Viam em mim não uma mulher, mas um homem.”

DOMITÍLIA TROVOADA RECUSOU-SE A METER O DIREITO NA GAVETA

39

A Constituição da República de São Tomé e Príncipe consagra a igualdade. A Lei da Família realça o respeito pela partilha de responsabilidades. São Tomé e Príncipe ratificou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. O país vai agora para a III Estratégia Nacional para a Igualdade e Equidade de Género. E tem há dez anos uma Lei Contra a Violência Doméstica e Familiar e outra sobre o reforço de mecanismos de protecção às vítimas de violência doméstica e familiar.

Não basta um quadro jurídico-legal. “Muitas mulheres ainda não têm consciência dos seus direitos”, analisa Domitília Trovada.

Nasceu em Angola, há 42 anos. O pai trabalhava lá. “Depois da independência, foi convidado para trabalhar no Tribunal de 1ª Instância de São Tomé, porque havia falta de quadros. Eu vim para aqui ainda bebé”, conta. Cresceu na Marginal 12 de Julho, considerada o cartão de visita da cidade. O pai foi, primeiro, procurador, depois, juiz. A mãe trabalhava na Ecomex, a actual Direcção do Comércio.

Muitas vezes, ia ao tribunal, que ficava a uns cinco minutos de casa. Talvez essas incursões expliquem a sua opção pelo estudo do Direito. “Querida ser magistrada, como o meu pai”, revela. E estudou Direito na Universidade Autónoma de Lisboa, em Portugal. Acabou, porém, por seguir outro caminho.

Domitília Trovoada é um quadro do Ministério das Finanças. Neste momento, ocupa o lugar de inspectora-chefe do Gabinete da Inspecção da Administração Pública. Não meteu o curso de Direito na gaveta. “Eu achava que devia dar o meu contributo. Querida, em particular, ajudar as mulheres”, diz.

Em diversos países, há juristas que se unem em torno da defesa dos direitos das mulheres. São Tomé e Príncipe não tinha nada semelhante. Domitília Trovada, algumas colegas e amigas uniram-se e, no dia 4 de Novembro de 2009, fundaram a Associação São-Tomense de Mulheres Juristas. “Podíamos ajudar a divulgar as leis existentes e contribuir para a sua alteração, caso houvesse necessidade.”

EU ACHAVA QUE DE VIA DAR O MEU CONTRIBUTO. QUERIA, EM PARTICULAR, AJUDAR AS MULHERES.

41

Idealizaram um projecto de Justiça Móvel. “Queríamos ir às comunidades dizer às mulheres quais são os seus direitos, falar de violência doméstica, explicar que é crime público, que devem denunciar. Essa foi a nossa primeira bandeira. Começamos a ir, pelos nossos meios, em carrinhas ou jipes, às comunidades fazer a divulgação, especialmente, da Lei Contra a Violência Doméstica e Familiar.”

Têm a maquete, mas nunca conseguiram o financiamento necessário para comprar uma viatura e montar a unidade de Justiça Móvel. Conseguiram, sim, um espaço para sede, no Largo das Alfândegas, no centro da cidade. Foi neste espaço que decidiram criar o Gabinete de Apoio Jurídico às Mulheres.

“As mulheres vêm mais aqui porque os homens não dão apoio aos filhos”, esclarece Domitília Trovada, que já foi presidente e é agora vice-presidente daquela organização não-governamental. “As vítimas de violência doméstica vão mais ao Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica.”

O Centro de Aconselhamento Contra a Violência Doméstica é um serviço público. Nos últimos 12 anos, esse serviço desenvolveu materiais didáticos, deu formação a agentes das áreas da justiça e da saúde, abriu a unidade de apoio a vítimas de violência doméstica e montou a Rede Vida, que agrega diversas entidades públicas e privadas, incluindo a Associação São-Tomense de Mulheres Juristas. A unidade de apoio não é uma casa-abrigo para vítimas de





QUERÍAMOS IR ÀS COMUNIDADES DIZER ÀS MULHERES QUAIS SÃO OS SEUS DIREITOS, FALAR DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, EXPLICAR QUE É CRIME PÚBLICO, QUE DEVEM DENUNCIAR.

44

violência doméstica. É aquilo a que se poderá chamar um centro de emergência. Só acolhe vítimas por um prazo de 48 horas. A sensação de desamparo pode ser desmedida.

Não é que não haja mudança. A mudança faz-se, só que “leve-leve”, isto é, lentamente, devagarinho.

Os entraves estão identificados: além da parca informação que as mulheres têm sobre os seus próprios direitos, a falta de preparação técnica na administração pública e na sociedade civil, a ausência de informação de qualidade sobre a situação da mulher, a escassez de sensibilidade dos decisores políticos. E a Associação São-Tomense de Mulheres Juristas, a Plataforma para os Direitos Humanos e Equidade de Género, a Federação das Organizações Não-Governamentais em São Tomé e Príncipe e a Associação para a Cooperação entre os Povos, de Portugal, decidiram aliar-se contra isso.

Nos últimos dois anos, com o apoio da União Europeia e do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, aquelas quatro organizações desenvolveram um projecto a que chamaram *Direitos das Mulheres – conhecer, capacitar, sensibilizar*. Através dele, fizeram um levantamento da legislação existente, um estudo sobre a forma como homens e mulheres são retratados nos media, tentaram capacitar pessoas um pouco por todo o país (jornalistas, líderes associativos, líderes comunitários, representantes de instituições públicas e outros cidadãos com alguma capacidade de influência), impulsionaram

um debate público sobre os padrões culturais que perpetuam desigualdade. Assumem que só envolvendo a sociedade no seu todo podem quebrar resistências tão profundas à igualdade.

Fala-se com algumas mulheres que participaram nessas acções e algumas ideias repetem-se: “Direitos das mulheres são direitos humanos”; “A violência doméstica é um crime público”; “Se homem pode ser Presidente, mulher pode ser Presidente”; “Se mulher pode lavar louça, homem pode lavar louça.”

“Em algumas comunidades piscatórias, principalmente na zona Norte de São Tomé, ouvimos homens dizendo que as mulheres estão a confundir a nossa Lei Contra a Violência Doméstica e Familiar com a ‘libertinagem’”, comenta Domitília Trovoada. “Eles acham que esta lei está a estragar as mulheres.”

A jurista tem uma teoria sobre estas reacções: “Muitos homens não trabalham e esperam que as mulheres trabalhem fora e cheguem a casa e façam tudo. E algumas mulheres começam a dizer que nem só elas têm obrigações domésticas, que eles têm de fazer alguma coisa, que essas obrigações são de ambos. As mulheres estão a abrir os olhos e os homens não estão a gostar disso e culpabilizam a lei.”

Amiúde, vem à baila o nome da deputada Maria das Neves. Ela faz parte do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata, o MLSTP/PSD. Foi a primeira mulher a chefiar um Governo em São Tomé e Príncipe (7 de Outubro de

AS MULHERES ESTÃO A ABRIR OS OLHOS E OS HOMENS NÃO ESTÃO A GOSTAR DISSO E CULPABILIZAM A LEI.

46

2002 e 18 de Setembro de 2004). Maria das Neves bateu-se pela Lei Contra a Violência Doméstica e Familiar e pela Lei sobre o reforço de mecanismos de protecção às vítimas de violência doméstica e familiar, que foram aprovadas em 2008. E havia quem se lembrasse bem disso quando ela concorreu às eleições presidenciais, em 2017. “Acho que a prejudicou muito isto de os homens dizerem que ela é que virou as mulheres contra os homens”, comenta Domitília Trovoada. Mas o simples facto de ser do sexo feminino basta para afastar alguns eleitores. “Se ela ganhar vai mandar nos homens! Como é que uma mulher pode mandar nos homens?”, indignam-se. “Muitas vezes, as próprias mulheres é que se juntam e dizem que uma mulher não pode mandar num homem. É ainda uma sociedade muito machista. Isto vai ainda levar muito tempo.”

Nada disto desanima Domitília Trovoada. “Eu adoro fazer este trabalho. Faço com todo o prazer, apesar de profissionalmente esta não ser muito a minha área”, garante. E conta com o apoio do marido, que estudou Gestão e trabalha num banco nigeriano, o Energy Bank. Têm duas raparigas, de 11 e oito anos, e um rapaz, de quase dois anos. “É um pai muito presente. Se for preciso, ele faz tudo, principalmente ao mais novo. Ajuda as minhas filhas, as *nossas* filhas, nas tarefas escolares”, diz. “Não é fácil a conciliação da vida profissional com a vida associativa e a vida familiar. Se não fosse a empregada, eu não sei como seria!”

PARA SER SUBMISSA JÚLIA SANTIAGO TINHA DE SE CONTORCER

47

Chamo-me Júlia Santiago. Tenho 44 anos. Vim lá da Roça de Porto Alegre, ponta sul da ilha de São Tomé, península isolada. Como vim, não sei explicar. Sei que na idade de seis anos me tiraram de minha mãe e me puseram na cidade. Quando vim viver com a minha avó paterna, ela estava bem velhinha já. Eu fui a última neta que ela criou. Vivíamos na periferia, em Água Arroz, numa casa de madeira muito antiga. Não tínhamos televisão, não tínhamos rádio, não tínhamos energia. A minha avó não tinha reforma. O meu alimento era fruta. Eu me alimentava de manga na época de manga, de jaca na época de jaca, de goiaba na época de goiaba... Apanhava, trazia para casa, dava para a minha avó e vendia para comprar algumas coisas.

Foi uma vida sofrida. Eu não tinha nada a não ser o conselho daquela velha. Ela tinha afecto, mas eu é que tinha de cuidar dela. Ela não tinha aquela força já. Ela era ajuizada. Sempre dava conselhos, contava

histórias. Aqui em São Tomé, tem um ditado que diz: Gente grande é Deus no mundo. E ela parecia que adivinhava o que ia acontecer comigo. Ela dizia que eu ia ser uma mulher muito guerreira, muito desafiadora.

Eu andava muitos quilómetros para chegar à escola. Várias vezes, tentaram me violar. A minha defesa era a coragem que eu tinha que colocar. Não sei onde a força saía de mim, sei que conseguia me defender. Até hoje, não sou uma pessoa de medo. Eu não tenho medo. Eu luto com todas as minhas forças.

Andei na escola até engravidar. Tinha 14 anos quando engravidei. Tive uma filha. Passado pouco tempo, tive um filho. Adolescente ainda, apanhei bem do pai dos meus filhos... Ele me abandonou em casa de aluguer. Eu não tinha condições. Não trabalhava, porque era menor de idade. Passei uma situação muito difícil.

Minha avó disse: “Júlia, não pensa que, porque esse homem não te quer, você perdeu valor. Tem muita vida para viver. Procura teu lugar de estar. Uma mulher quando tem lugar de estar com seus filhos, pode sair em busca de alimento e deixar os filhos aí mesmo ou com os vizinhos e orientar a vida.”

Tinha o bebé um ano, ficou num estado um bocadinho crítico. Eu disse à minha avó que eu ia com ele para o hospital. Ela estava na cama. Ela disse: “Júlia, não sei se no teu regresso vai-me encontrar mais, mas não esquece do meu conselho. O conselho meu é que vai orientar sua vida

ATÉ HOJE, NÃO SOU UMA PESSOA DE MEDO. EU NÃO TENHO MEDO. EU LUTO COM TODAS AS MINHAS FORÇAS.

49

toda.” Fiquei no hospital oito dias com o bebê. Quando regressei a casa, não vi ela mais. Ela tinha falecido.

Eu chorei minha avó muito, muito. Agarrei tudo o que ela me ensinou. O que ela me ensinou é a base do que eu sou hoje.

A minha avó era a única pessoa que eu tinha na cidade. Sem ela, o que estava fazendo aqui? Eu era abandonada, tinha de ir embora. Peguei no mais novo, pus nas costas. Peguei na mais velha, pus na mão. Fomos para a praça. Pegámos boleia até Ribeira Peixe. De Ribeira Peixe para Porto Alegre são 18 quilómetros. Carros não iam para lá.

Fomos a pé. O bebê eu alimentava de mama, mas a menina só comia fruta que eu apanhava pelo caminho. Andámos cerca de 12 quilómetros. Já estava a escurecer. A menina não aguentava mais. Era terra batida. Havia muita pedra na estrada. Encontrámos uma senhora e ela disse: vocês vão dormir aqui. Dormimos em casa dela. Ela nos deu de comer. No dia seguinte, retomámos a nossa caminhada.

Fazia tempo que não via os meus pais. Cheguei com aquela vergonha. Eles receberam-me bem, mas pouco podiam fazer. Aquilo era pobreza extrema. Éramos 15 pessoas – pais, filhos, netos. Sabe aquelas casas de empresa? Era uma casa dessas, tão pequenina. Vivíamos uns em cima dos outros, praticamente.

Consegui um rendimento. Abri um campo, comecei a cultivar milho. Ia ao peixe, salgava, vendia. Fazia croché, vendia. Fazia multi-negócio.



OS HOMENS GOSTAM DE MULHERES
QUE TRABALHAM E OBEDECEM. É UM
BOCADINHO INCONTROLÁVEL.



O trajecto de 18 quilómetros, não deixava. Dois a três vezes por semana, vinha vender as minhas coisas à cidade. Então, caminhar 32 quilómetros para mim já não era um problema.

Eu saía de Porto Alegre à meia-noite. Ia até Ribeira Peixe. O transporte saía de Ribeira Peixe às quatro da madrugada. Eu tinha de sair de Porto Alegre à meia-noite, com a carga na cabeça. Não fazia isso sozinha. Havia um grupo. Às vezes, via que o mantimento que estava em casa não chegava para o jantar. Então, eu chegava à cidade hoje para regressar a casa hoje. O carro tinha horário: 12 horas para sair. Se eu acabava às 13 horas, já não tinha transporte. Pegava boleia até Ribeira Peixe. Já não encontrava o grupo. Sozinha tinha de marchar para Porto Alegre com o saco de comida. Às vezes, chegava a Portalegre às 20 horas. À hora que chegasse, acordava os meus filhos e dava a comida.

Eu sempre me lembrava dos conselhos da minha avó. A minha avó dizia: “Júlia, grão a grão enche a galinha o papo.” Fui fazendo as minhas poupanças. Porto Alegre só tinha primeiro ciclo. Eu disse: meus filhos não vão ficar aqui sem estudar. Eu vou fazer alguma coisa. Comprei este espaço e comecei a construir esta casa que hoje tenho. Quando os meus filhos passaram a 4ª classe, eu trouxe eles para aqui.

A construção ainda não acabou. Estou nesse processo. Eu parei essa construção por causa da educação de meus filhos. Não podia fazer as duas coisas. Eu disse: Já que tem lugar para dormir, tem tecto, tem porta, tem casa de banho, vou parar a construção para dar

estudos aos meus filhos, para eles terem uma vida melhor.

Fiquei 11 anos sem ninguém, porque tinha de estruturar a minha família. Depois, arranjei um marido, mas já não vivemos juntos. Ele tem o lugar dele e eu tenho o meu. Porquê? Eu tenho medo de depender. Os homens gostam de mulheres que trabalham e obedecem. É um bocadinho incontrolável.

Quando o meu marido vivia aqui, era difícil. Sabe, eu nunca fui jovem. Eu passei de adolescente a mãe. Desse jeito, tinha de ser independente para ter uma estrutura familiar. Com esse estilo, arrisquei de novo formar uma família, mas sempre com medo. Eu compreendo o meu marido. É um pouco complicado para ele.

Para ser submissa, eu tinha de me contorcer . Eu trabalhando, ganhando o meu dinheiro, tinha que ficar à espera que ele dissesse o que fazer com esse dinheiro. Isso não enquadrava no meu modo de ser. Eu me sentia desvalorizada, humilhada. Não estava feliz. Ficava quietinha. E chegou a um tempo que eu disse: se for assim, é melhor cada um estar em seu lugar. Nós temos um entendimento, mas cada um está em seu lugar.

Muitas pessoas acham que para ter uma casa, tem de ter um homem. Para estar alegre, tem de ter um homem. Eu não sou mulher de dar tanto valor a homem. Vejo homem como companheiro. Não vejo como a primeira coisa. Não é porque o homem não vale. O homem vale, mas a mulher sozinha consegue educar os seus filhos, pôr a sua família num caminho bom. O homem vem complementar.

A DISTRIBUIÇÃO DE TAREFAS DOMÉSTICAS AQUI EM CASA É NORMAL. HOJE, PELA NOVA REALIDADE, OS RAPAZES DEVEM SABER FAZER TUDO.

54

Em São Tomé, as mulheres têm dons para tirar, mas às vezes há impedimentos. Eu sofri muito preconceito. Quando você projecta, você diz a alguém: tenho o sonho de fazer isto. Dizem: “Hoje em dia, sem homem, você vai fazer isso?!” Há umas palavras negativas, isso cria um desânimo. “Uma mulher ter uma casa? Como? Isso é impossível. O que você faz? Costura? Hoje em dia?” Sempre tem essa tendência de duvidar porque é mulher. Mas eu já vi outro lado da moeda da mulher. Como é que me tornei costureira? Eu sou muito determinada. Quando quero fazer, tenho de fazer. Desde pequenina, via a minha avó costurar à mão. Ficava do lado dela, enfiava a agulha, pensava: um dia, quando tiver privilégio, vou fazer formação de costura. Há oito anos, houve privilégio de fazer formação de costura artesanal e fui.

A vida foi dura para mim, mas eu também fui rija para a vida. Estou a trabalhar, mas já não é tanto. Já não vivo com aquele peso. Sinto-me realizada.

O meu sonho era ter a minha casa, dar estudos aos meus filhos, ter o meu meio de transporte. Não tenho ainda meio de transporte, mas estou fazendo carteira. Os meus filhos são muito bem-educados. Os mais velhos não me deram castigos na adolescência. A menina tem 25 anos e o menino 22 anos. Ele já terminou Direito. Ela está a terminar Literatura. Começaram a trabalhar este ano. Estão a dar aulas. Se conseguirem bolsa, vão estudar fora. Tive outros dois filhos com o meu [novo] marido. Um tem 11 anos e o outro sete. Além desses, estou a

criar um menino, com deficiência mental, que há oito anos estava no hospital, à beira da morte. Era muito pequenino, com a cabeça grande, a barriga grande. Então, tenho quatro filhos, cinco com esse. Estamos bem. Somos felizes.

A distribuição de tarefas domésticas aqui em casa é normal. Hoje, pela nova realidade, os rapazes devem saber fazer tudo. O meu filho mais velho, por exemplo, faz tudo. Limpa. Não gosta muito de cozinhar, mas eu às vezes obrigo. Eu não tenho lavadeira. Ele pega na roupa dele e lava, passa. Ele cuida das suas coisas. Às vezes, temos de ensinar um pouco de realidade, não só dar o pão, ensinar como fazer.

Contei a minha história no dia 31 de Janeiro, na conferência de encerramento do projecto *Direitos das Mulheres - conhecer, capacitar, sensibilizar*. Quando me convidaram, eu aceitei porque acho importante as mulheres darem o seu testemunho. Pode dar força a outras pessoas.

Aqui, em São Marçal, há muitas mulheres em situação crítica. Há mulheres que apanham dos maridos, mulheres que se desvalorizam pensando que para elas o mundo acabou porque os maridos as abandonaram, mulheres que se refugiam na bebida para disfarçar. Era o que eu ouvia: “Você já não tem valor.” E isso foi o que eu aprendi com minha avó: Nós é que temos de nos valorizar! Se vamos ficar à espera que nos valorizem, não vai acontecer. Eu construí o meu próprio valor.

As mulheres são-tomenses são muito sofridas. Eu acho que elas precisam de se descobrir. Algumas vêm conversar comigo. Eu digo: “Tudo está em você mesma. Quando temos um problema, temos de parar e perguntar: o que posso fazer para solucionar? Tudo tem um jeito. Eu vim de uma família altamente desestruturada. Eu não tinha razão de ser, de estar onde estou hoje e estou e você pode tirar meu modelo.” Em São Tomé e Príncipe, existem muitas mulheres com grandes histórias escondidas. Umas podem levantar outras.

MARIA DE FÁTIMA, UMA MULHER DE NEGÓCIOS

57

Maria de Fátima Silva, 50 anos, orgulha-se de ser cabeça de família. “Eu é que sustento a casa. Mesmo se houver homem em casa, eu sou cabeça de família.” Assume-se como uma mulher de negócios. “Faço negócio. Compro mercadoria no mercado e levo para a roça. Compro produtos na roça e levo para o mercado.”

O mercado de que fala é o da cidade de São Tomé. E a roça de que fala é a de Claudino Faro, a última dependência de Água Izé, no distrito de Cantagalo, junto à baía da Praia Rei. Uma estrutura típica da época colonial, com a casa senhorial e as casas de madeira alinhadas, como se fossem carruagens de um comboio.

Nasceu em Bombaim. Mudou-se para Claudino Faro aos três anos. A avó viera com contrato de Angola para São Tomé. “Fui criada pela minha mãe e pela minha avó. Fiz a 4.^a classe e já não consegui estudar mais, porque a minha mãe não tinha condições de nos pôr na escola. Éramos 11 irmãos.”

Lançou mãos ao trabalho ainda menina. Tinha 12 anos. “Fazia *capina fura* para conseguir um tostão.” Ia nos 16 anos quando se encantou

COMECEI A CULTIVAR, A CULTIVAR, A
CULTIVAR. E A FAZER VIDA DE 'PALAIÊ'.

58



com um rapaz que vivia em Água Izé. “Arranjei uma menina. Ele faleceu. Voltei para Claudino Faro. Comecei a trabalhar com contrato inteiro. Diziam meia conta e conta inteira. Meia conta tem subsídio pela metade, conta inteira já tem subsídio completo. Eu tinha subsídio completo.”

Tornou a envolver-se, mas por pouco tempo, que não estava para aturar certas coisas. “Tomei um senhor, arranjei filho, mas como não dava assistência ao filho, eu separei.” Logo ali, começou a assumir que só podia contar com ela para se sustentar e para sustentar os seus filhos. “Esses filhos não tinham pai. Criei-os sozinha.”

Quando distribuíram terras, em 1993, Fátima ficou com duas parcelas. “Comecei a cultivar, a cultivar, a cultivar. E a fazer vida de *palaiê*.” Vendendo o que produzia, evitava intermediários, ganhava mais um dinheirito. “Com um bocadinho que consegui na agricultura, fiz uma loja na comunidade.”

Não está na loja, a vender arroz, sal, açúcar, leite, refrigerantes, rebuçados. Quem está atrás do balcão é um empregado. Também não está nas parcelas a cuidar de banana-pão, banana prata, mandioca ou matabala. Quem trata disso é outro empregado que ela tem. E ninguém a vê sentada, no mercado de São Tomé, a vender os seus produtos. “O tempo para sentar no mercado e vender não tenho. As minhas freguesas levantam às cinco horas e estão até às 18 horas no mercado. Todos os dias.”

Maria de Fátima Silva anda cá e lá. “Tenho no mercado três *palaiês* freguesas. Trago produto do campo para vender. Deixo fiado. No dia que venho receber o dinheiro, trago outra mercadoria. Faço as contas com as *palaiês* e vou comprar mercadoria para vender na minha loja. Assim é que faço semana a semana.”

Há transporte três vezes por semana – segunda, quarta e sexta. Há *palaiês* que lá vão vender, por exemplo, peixe voador e peixe fulo-fulo ou comprar, por exemplo, búzio-do-mato ou matabala. “A gente sai de lá às sete e meia. Chega aqui às oito e meia, nove horas. Entramos no mercado, fazemos a nossa venda e regressamos às 13, 13h30.”

O normal é Maria de Fátima Silva fazer aquela viagem duas vezes por semana. “Quando tenho encontro, reunião, actividade, para não estar a subir e a descer, fico na cidade.” É muito solicitada para essas coisas. Afinal, é presidente da Associação das Mulheres Agricultoras Unidas de São Tomé e Príncipe.

Tem onde ficar. Com os seus proventos, comprou um terreno na periferia, na Quinta de Santo António, e construiu uma casa. O grande objectivo era ter os filhos perto da escola. “Lutei muito para fazer essa casa. Coloquei aqui para estudar. Não falta refeição. Não compram nada. Não pagam renda de casa. Não fazem nenhum. Só estudam. O último já quase que não estudou mesmo, agora está a estudar à noite”, diz.

Não teve só aqueles dois filhos. Envolveu-se com um terceiro homem. “Fiz três rapazes de seguida com ele. Fiz, completo, cinco filhos – uma

LUTEI MUITO PARA FAZER ESSA CASA.
NÃO FALTA REFEIÇÃO [AOS MEUS
FILHOS]. NÃO COMPRAM NADA. NÃO
PAGAM RENDA DE CASA. NÃO FAZEM
NENHUM. SÓ ESTUDAM.

menina e quatro rapazes. Separei do marido.” Outra vez o mesmo problema: “Se mulher trabalha, homem só fica encostado na mulher. Homem vive de comer e beber com os amigos.”

Anda numa roda-viva. Não é só os filhos, a associação, os negócios. Em 2011, foi eleita líder comunitária. E “um líder comunitário tem de estar sempre disponível para trabalhar para a comunidade, mesmo sem salário”. A lista de problemas é grande. “Energia, estrada, água potável, principais problemas lá. Fazemos tanto pedido ao Governo, à câmara... Não participam muito connosco”, queixa-se. “Temos estrada muito danificada e perigosa. Quando chove, há derrocadas, quedas de árvore.”

Olhando em seu redor, Maria de Fátima Silva só vê mulheres a trabalhar. “Desde as 7h até às 13h, todos os dias. Na minha comunidade, nem uma mulher fica em casa à espera do marido. Há marido que levanta de manhã e dá dinheiro à mulher para fazer refeição. Outros não, só esperam que mulher trabalhe para casa. E há marido que vem para casa e diz: “Não cozinhou porquê? Está na boa vida no quintal”.

Uma das causas da Associação das Mulheres Agricultoras Unidas de São Tomé e Príncipe é, precisamente, a valorização das mulheres rurais. “A luta das mulheres no meio rural tem sido difícil. As mulheres sacrificam tanto. A mulher é mãe, pai, tudo. A mulher faz esforço na casa, faz esforço na agricultura, faz esforço no mercado. Não tem creche. Vai para o lote debaixo de chuva. Anda a capinar com criança às costas...”

ANTES, QUANDO CONVIDAVA A MULHER PARA QUALQUER EVENTO, A MULHER FICAVA CALADINHA. HOJE EM DIA NÃO.

62

Há, apesar de tudo, uma sensação de mudança. “Fala-se cada vez mais de direitos das mulheres”, afirma. “As mulheres agora tentam ocupar o cargo que dantes não ocupavam. Antes diziam: ‘Não pode, não é capaz.’ Antes, a mulher não sentia poder. Antes, quando convidava a mulher para qualquer evento, a mulher ficava caladinha. Hoje em dia não. Hoje em dia, a mulher fala mesmo, respira à vontade, já não tem essa vergonha.” Nota nos homens um certo receio: “Será que é mulheres à frente e nós atrás?”. Não se trata de ficar à frente nem atrás. “Mulher é ser humano como eles mesmo.”



JUVELINA VIEIRA MONTOU UMA FÁBRICA EM CASA

65

Juvelina Moreira Vieira, 43 anos, vai à frente. Galochas quase até aos joelhos, lenço na cabeça, catana na mão. A palavra roça, que significa “desbravar mato”, “abrir clareiras”, “terreno onde se roçou o mato”, ganha um sentido literal nesta incursão pela Pinheira, antiga dependência da Roça Uba Budo, no distrito de Cantagalo.

Quer que se veja e não só que se ouça o que ela está a dizer. Tem muita terra fértil. Nesta zona, produz banana-pão, banana prata, banana *gran michel*, maçã, fruteira, matabala, cacau, café. Noutra zona, mandioca, milho. “Tem de tudo um pouco.” E não é só para consumo próprio. “Vendo tudo o que a roça dá!”

Trabalha com os filhos. O marido teve de deixar a lida. Há cerca de um ano e meio, teve um acidente cerebral vascular e perdeu capacidade. “Nada mudou na minha vida. Por que é que nada mudou? Porque eu sempre fui uma mulher lutadora, não deixava só

VOU TER DE CONDUZIR MESMO, ENFRENTAR, PORQUE SE CONSIGO TRABALHAR NOUTRAS COISAS, POR QUE NÃO CONDUZIR?

66

para o marido. Quando ele saía, saíamos juntos.”

Algo ia mudando. A carrinha “ia caindo”. “Se deixasse essa carrinha cair, eu teria mais problema em transportar o meu produto daqui para o mercado. Trabalhei, armei dinheiro, reparei carrinha e estou indo.” Quem conduz a carrinha, agora, é um dos filhos mais velhos. Juvelina Moreira Vieira tem carta, mas não conduz.

Tirou a carta ainda jovem. “Nessa mocidade gostei, senti que é bonito conduzir. Mas depois apanhei um marido que fazia tudo”, diz ela. Nunca mais pegou num volante. “Ia na boleia dele. Às vezes, ele não ia, carrinha ficava no quintal e eu vinha a pé. Ele nunca me disse: ‘Você não pode conduzir.’ Eu própria é que tinha esse preconceito. Achava que sair com carrinha era vaidade. O meu conceito era errado.”

Tem pensado muito nisto. “Vou ter de conduzir mesmo, enfrentar, porque se consigo trabalhar noutras coisas, por que não conduzir?” Tem é de ter aulas outra vez. “Já renovei a minha carta, que já estava caducada há muito tempo. Meus filhos vão me dar aulas práticas e daqui a pouco vou começar a conduzir.”

A condução revelou-se uma necessidade. “Hoje se não fosse o meu filho a conduzir, o que seria de mim? Se eu depender de alguém, o meu trabalho pára. Por isso é que eu digo: nós, que somos mulheres, vamos enfrentar, vamos trabalhar, vamos criar coragem, vamos fazer tudo o que homem faz. Nós podemos fazer! Nem que não tenhamos

essa força, mas nós, mulheres, com jeito conseguimos fazer.”

Juvelina Moreira Vieira anda por estas terras com os seus sonhos a fervilhar na cabeça. “Tendo em conta que produzo muito cacau, por que não fazer chocolate? Falta financiamento, formação também é importante, por isso só vendo o meu cacau.” E logo: “Máquina de transformação de milho é difícil. Mas produto em si, matéria prima, eu tenho. E é com muita pena quando vejo os criadores a comprar ração. Se nós temos milho aqui, por que não podemos transformar o nosso milho e ganhar mais dinheiro?”

O que Juvelina Moreira Vieira já consegue transformar é mandioca em farinha. “Tive oportunidade de ir para formação no Brasil. Foi lá onde eu também ganhei mais gosto e aprendi a transformar mandioca. Daí eu vim e comecei a experimentar e vi o rendimento a transformar. Fiz uma pequena fábrica.”

Vamos por partes. Juvelina Moreira Viera nasceu na Pinheira. Os pais vieram de Cabo Verde, como contratados. Feita a 6.^a classe, saiu da escola e começou a trabalhar. Só mais tarde fez alguma formação em pequenos negócios, associativismo, transformação do produto. Foi no Brasil que aprendeu a transformar a raiz da mandioca em farinha. Já depois disso estive na China a aprender segurança alimentar. “Aprendi muito sobre segurança alimentar. Posso dizer que sou uma mulher de sorte.”

Valoriza muito aquelas viagens. “Ganhei mais gosto”, garante. “Vi que

SE UMA PESSOA QUER DESENVOLVER,
NÃO PODE PARAR NUM SÍTIO ASSIM.
CANSEI DE DIZER ISSO.

68

tenho mesmo de trabalhar, porque o trabalho muda a vida de uma pessoa. Todas as mulheres deveriam ter uma viagem dessas para irem ver a realidade de outros países e assim elas conseguiam enfrentar certas dificuldades.” Não é à toa que o diz. “Eu sou um exemplo vivo. Quando venho dessas viagens, tento fazer esse pouco que apanho lá.” Aprender a fazer farinha de mandioca foi um ponto de viragem na sua vida. E aprender a garantir segurança alimentar um passo em frente. Na China, visitou muitas fábricas. “A farinha de mandioca, depois de estar feita, não pode ser lavada. E então é importante ter cuidado com a parte da higiene.”

Tudo começou há uns dez anos. Muito por força da dependência das exportações de cacau e pela crise que sacudiu parte do planeta em 2008-2009, agravou-se a insegurança alimentar. Houve debate à volta da necessidade de desenvolver uma estratégia nacional que incluísse a diversificação da produção. Por incapacidade transformadora, o país oscila entre o desperdício numas épocas e a míngua noutras.

Na ânsia de incentivar inovação, o Projecto Descentralizado de Segurança Alimentar, financiado pela União Europeia e pelo Camões – Instituto de Cooperação e da Língua e executado por um conjunto de organizações locais, promoveu a assistência técnica e o intercâmbio com o Brasil. E, em 2011, montou a primeira fábrica semi-industrial de farinha de mandioca do país, perto da casa de Juvelina Vieira, em Margarida Manuel, no distrito de Mé-Zóchi.



A fábrica foi doada à cooperativa Nova Luz – Margarida Manuel. Iam começar por produzir farinha de mandioca. E, mais tarde, avançar para pão, tapioca e outros derivados de mandioca, fonte de fibra, proteínas e vitaminas. As cooperantes eram quase todas mulheres. Juvelina Moreira Vieira foi escolhida para presidente.

Juvelina Moreira Vieira viera do Brasil cheia de energia. Que promessa de mudança, pôr 45 mulheres a produzir farinha de mandioca! “Foi tudo pela água abaixo”, diz, mal começa a falar nesse assunto. “Comecei a deparar com muitas situações e vi que não ia alcançar o que quero. Depois do meu tempo de mandato – que nem acabou – saí.”

O que aconteceu? “Não se paga quota!”, reclama. “A contribuição que deve fazer à fábrica, para dar continuidade no equipamento que nós recebemos quando está estragado e quando temos dinheiro para comprar, as pessoas não pagam. As pessoas usam o material de uma forma que eu não sei como dizer. É uma coisa dada, não custou dinheiro, não sentem a responsabilidade que isso tem e tudo dana e não há dinheiro mais para comprar”, explica, em tom de protesto. “Se uma pessoa quer desenvolver, não pode parar num sítio assim. Cansei de dizer isso. Dei muita vida para essa cooperativa. Ia chamar alguém a casa para a reunião. Não foi fácil para organizar grupo. Ver isso hoje abandonado assim é triste.”

A unidade fabril beneficiou toda a zona, que passou a ter energia

COMO EU NÃO POSSO CRUZAR OS BRAÇOS, TINHA QUE FAZER A MINHA COISA PRÓPRIA, SEGUIR PARA A FRENTE. E É ESSE EXEMPLO QUE DEIXO A OUTRAS MULHERES.

71

elétrica e água corrente. Mas Juvelina Moreira Vieira desconfia das vantagens do cooperativismo. “Eu acho que isso não funciona em São Tomé e Príncipe. O que pode funcionar é investir nas pessoas que têm iniciativa própria”, defende. “São essas pessoas que têm ideias, que têm vontade, que podem levar à frente e ajudar o Governo também ao pagar imposto, segurança social.”

Criou a sua própria empresa. “Eu tenho de trabalhar para segurar os meus filhos”, salienta. “Como eu não posso cruzar os braços, tinha que fazer a minha coisa própria, seguir para a frente. E é esse exemplo que deixo a outras mulheres. Se virem que não dá, é seguir para a frente. Aos poucos, você chega longe.”

A empresa familiar chama-se *Mén Mina*. *Mén Mina* significa “mãe de filhos”. “É uma empresa que começou sem nenhum dinheiro, só com o meu esforço, [o esforço dos] meus filhos e marido, por isso ganhei esse gosto pelo nome”. A fábrica funciona no rés-do-chão da sua casa, metendo por uma estrada estreita, em Margarida Manuel.

Finda a *tour* pela roça, Juvelina Moreira Vieira convida a ir a sua casa. Mal chega à casa-fábrica, põe uma toca na cabeça, calça umas luvas, começa a ralar raiz de mandioca descascada. Assim ralada, vai caindo e formando um monte de papa. Depois, é metida num saco poroso e prensada de uma forma rudimentar, com tábuas e pedras. “Há máquina de espremer, mas eu não tenho ainda condições de comprar a máquina.”



CONSEGUI SEMPRE DAR-LHES ESTUDO, FORMAÇÃO, PORQUE ELES AJUDAM.

73

Uma vez escorrida toda a água-de-mandioca, o produto é esfarelado e peneirado. Sentado junto a uma parede, um dos filhos separa os fragmentos menores, tornando a farinha homogênea. De pé, outro filho trata de a torrar – a farinha está ao lume e ele está a mexê-la constantemente. O forno é enorme, redondo, côncavo.

Produzem 50 a 60 quilos de farinha de mandioca por semana. “Aqui ninguém me incomoda”, comenta ela. “Eu com os meus filhos conversamos. Se há dinheiro para comprar sementes, toda a gente tem de saber. Hoje, um pediu-me dinheiro para pagar propina. Tem de haver algum controlo, senão não há dinheiro.”

Tem quatro rapazes e uma rapariga. O mais velho, que tem 28 anos, é mecânico. O segundo, que vai nos 25, está a estudar Ciências Económicas no Brasil. A seguir, com 22 anos, está o que estuda Direito. Depois, com 18, o que estuda Agronomia. A rapariga ainda está na escola. Só conta 15 anos.

“Conseguí sempre dar-lhes estudo, formação, porque eles ajudam”, frisa Juvelina Moreira Vieira. “Mesmo que eles tenham estudos, vão ajudar, são eles que apanham todo o cacau. Aqui é que sai dinheiro para a escola e toda essa coisa. Porque eu sozinha não posso conseguir ajudar os filhos. Nós *temos* de trabalhar. Juntos podemos vingar.”

Programam o trabalho. “Há dia em que vamos para o campo, há dia que vamos para a roça, há dia que ficamos em casa. Quem estuda

à tarde, trabalha de manhã. Quem estuda de manhã, trabalha à tarde. A menina faz mais trabalho de casa. Os meninos vão mais ao campo, mas também aprenderam a cozinhar e a passar a ferro”. Juvelina Moreira Vieira quer que tanto eles como ela estejam preparados para tudo.

FILOMENA ROQUE ESTÁ SEMPRE PRONTA PARA ENTRAR EM ACÇÃO

75

Filomena Roque, 42 anos, aproxima-se. Passo lento, sob o sol inclemente. Hoje, não há peixe-voador, macho-pombo, bonito, fumo, atum, pargo, cherne, garoupa, badejo nem qualquer outro para despachar. As canoas, movidas a remos, velas ou a motor de fraca potência, estão paradas e dão à praia um colorido desbotado.

“Nasci aqui, estou aqui todo o tempo, vou morrer aqui mesmo”, atesta. Neves, capital do distrito de Lembá, é a sua base. “Mesmo que viaje, tenho de voltar para aqui, porque não consigo viver fora daqui.” Já saiu de São Tomé e Príncipe. Esteve em Angola. Esteve na China. Andou a ver unidades de conservação e de transformação. “Não gostei [para viver]. E lá foi muito bom porque aprendi coisas que não aprendi aqui.”

Filomena Roque é presidente da Associação de *Palaiês* de Neves. E é nas instalações da associação, na Praia Isaura, no Bairro Água Tomá, que entra, em busca de alguma frescura e de alguma privacidade. “Sou

VENDIA PEIXE E IA PARA A ESCOLA. ESTUDEI ATÉ À 7.^a CLASSE. SAÍ DA ESCOLA E CONTINUEI ESTA ACTIVIDADE PORQUE GOSTO.

76

presidente desde que abrimos aqui”, diz, procurando um banco para se sentar. “Nós fizemos eleição e elas escolheram o meu nome e nunca retiraram.”

Não nasceu numa família de *palaiês*. A mãe dela vendia bebidas em casa. As colegas vendiam peixe e Filomena Roque, ainda pequena, ia atrás delas. Experimentou vender peixe, como elas. “Vendia peixe e ia para a escola. Estudei até à 7.^a classe. Saí da escola e continuei esta actividade porque gosto.”

Primeiro, vendia peixe sozinha. Ia para o mercado, vendia, voltava para casa. Quando não conseguia vender no mercado, punha o peixe na gamela e ia vender por aí à procura de fregueses. Depois, apareceu a associação MARAPA – Mar Ambiente e Pesca Artesanal. “Deu formação, graças a Deus.”

Filomena Roque e outras receberam formação em segurança alimentar, técnicas de manipulação, refrigeração, salga, fumagem. “Éramos 14 *palaiês* e ficámos 12.” Isso foi há uns 10 anos já. “Vieram duas pessoas. Nós comprávamos o peixe e púnhamos no chão. Elas disseram: ‘Você tem de comprar o peixe na canoa e pôr na bacia.’ Depois, disseram: ‘Vamos conversar com vocês. Vocês estão a tratar peixe muito mal’. E vieram um dia, outro dia, outro dia. Tinham sempre lições para dar: ‘O peixe que vai para o mercado não dá para salgar mais, porque o tempo que fica lá... Tem de salgar peixe fresco.’”

Não é um assunto de somenos. Nem a nível interno, nem a nível

externo. Alegando falta de condições de higiene no tratamento do pescado, a União Europeia tem há muito um embargo à exportação dos seus produtos de pesca. Resolver isso não é coisa que diga respeito apenas a quem ocupa algum cargo no Governo. Cada um tem de fazer a sua parte para o país poder voltar a exportar tais produtos.

Foi nesse contexto que se organizaram. As *palaiês* juntaram-se na praia. Discutiram as vantagens e as desvantagens de se unirem. “Muitas disseram que não queriam, que sócio engana pessoa, sócio come dinheiro. Apenas algumas disseram: ‘Vamos aprender mais, o nosso peixe pode dar mais lucro.’”

A Direcção das Pescas construiu as instalações. A MARAPA reabilitou-as e apetrechou-as, mais tarde, no âmbito do projecto Profopesca, que tinha por objectivo aumentar a participação dos pescadores e *palaiês*, reforçar as suas capacidades, aumentar a sua rentabilidade, promover a segurança sanitária e a qualidade nutricional.

Filomena Roque nunca se arrependeu. “Antigamente, não tinha arca. Punha peixe em casa para levantar de manhã e vender. Ia para o mercado. Não vendia peixe, vinha com ele, punha sal e vendia. O que fazia, já não consigo fazer mais. Agora, tem de ser peixe fresco, de boa qualidade. Agora, o peixe sai do mar, tem de pôr no frio, carregar, vender. Se é para salgar, no mesmo dia a gente salga. Nem que saia às 10,11 horas da noite, o peixe não pode dormir no frio e depois salgar. Tem de ser peixe fresco.”



A QUALQUER MOMENTO, TEM PEIXE, EU ESTOU DISPONÍVEL. ATÉ DE MADRUGADA, SE O PEIXE CHEGAR, ESTOU DISPONÍVEL PARA LAVAR, PÔR NO FRIO. 'PALAIÉ' EM SÃO TOMÉ NÃO TEM DESCANSO.

79

Esta nova postura exige mais dela e das outras mulheres que se dedicam à venda de peixe: “Às vezes, à noite, os pescadores vêm chamar.” Está à mão, na marginal da Praia Isaura. Mora mesmo ali, numa casa de madeira. “A qualquer momento, tem peixe, eu estou disponível. Até de madrugada, se o peixe chegar, estou disponível para lavar, pôr no frio. *Palaié* em São Tomé não tem descanso.”

Nota que nem só os pescadores e as *palaiês* precisam de formação. Também os consumidores. “Aqui vendemos peixe com gelo e muitas pessoas compram. Levamos para a escola, para o banco, para as irmãs [Franciscanas Hospitaleiras]. Mas para o mercado não levamos, porque são-tomense ainda não está habituado. Se levar para o mercado no cesto, vende. Se levar na mala térmica, não vende. Já tentámos várias vezes.”

Nada se compara com o que era na sua juventude. Há uma melhoria de infraestruturas de conservação e transformação. Um complexo de tratamento e conservação do pescado na cidade, que foi inaugurado em 2012. Mas a Direcção-Geral de Pescas e a associação MARAPA ainda não convenceram toda a gente.

Filomena Rique foi mãe pela primeira vez aos 21 anos. “Esse homem me engravidou, não me tomou. Vivíamos em casa de minha mãe, não tinha casa, não tinha nada. Vendia peixe para comprar fralda para bebé, essas coisas. Depois, arranjei outro homem e estou com ele até hoje. Ele é que me deu uma mão e fiquei com ele.”

Naquela casa, além do rapaz de 21 anos, têm uma rapariga de 15, um rapaz de 12 e outro de nove, uma rapariga de sete e outra de um ano e um mês. “Vida que levava antigamente, não levo hoje. Levo vida melhor.”

Com o dinheiro do seu trabalho, já conseguiu comprar uma arca frigorífica, um bote, um pequeno motor. O marido trabalha numa agência. Recruta pescadores para barcos de maior porte. “Eu não vou esperar que ele me dê dinheiro para cozinhar. Ele dá-me um pouco, também tem de contribuir para a casa. Fazemos as compras, metemos as crianças na escola. Há mulheres que choram que marido não dá...”

Nos últimos anos, assistiu a várias acções sobre Direitos das Mulheres. “Quando eu oiço lá, venho aqui para a praia e, em língua *forro* de São Tomé, digo: ‘homem que está a bater em mulher está a ir para a cadeia e mulher que está a bater em homem está a ir para a cadeia. Homem que viola criança tem direito a crime.’”

Não é só a voz dela que chega às *palaiês*. “Agora, passa na televisão, na rádio. Agora, vêm fazer reuniões com as mulheres. Agora, as mulheres têm todo o conhecimento. Antigamente, batiam na mulher, a mulher não tinha essa vocação de ir para a polícia. A mulher sempre tinha medo, não tinha como queixar.”

Muitas ainda não se queixam. “Às vezes, as mulheres sentem medo: ‘Então depois quem vai criar essas crianças? Ele pode ficar preso e depois como vão procurar comida?’ Essas mulheres que não trabalham, sentem medo. No meu caso, eu digo mesmo: “Se ele me bater, eu vou

com ele até ao fim, porque eu consigo trabalhar e sustentar a minha casa. Graças a Deus, nunca bateu, nunca me berrou, nada.”

Filomena Roque bem vê que quem não se queixa corre o risco de morrer. “Esse Janeiro, dia 16, um homem levou uma mulher que vivia com ele para o mato. Pegou um bocado de madeira e enfiou na vagina dela. Ela ficou lá no mato. Morreu. Cinco dias, a população encontrou. Também tem muita violência contra crianças. E contra idosas.”

Muita gente não gosta desta conversa. “Quase todos os homens não gostam dessa conversa”, afiança. “Eles dizem: ‘A polícia responde sempre para a mulher, não responde para o homem.’ E eu digo: ‘Respondem mais para mulher, porque é mais fraca.’ Mas é igual. Dizem que homem e mulher não têm direitos iguais, mas têm direitos iguais. O problema é que os homens sempre têm vergonha de se queixar das mulheres.”

Com estas andanças todas, há algo que lhe parece claro: “Antigamente, as nossas mães eram como escravas dos homens. Mulher não tinha direito a trabalhar, porque homem sempre dizia que ele é que tinha de pôr comida, roupa, sapatos para mulher. Mas agora não. Agora, mulher trabalha, consegue sustentar casa, consegue dar às crianças estudo. Agora há mulher ministra, mulher directora, mulher chefe da família... Toda a mulher consegue. Aqui na praia, mulher tem mais motor que homem.”

É uma das poucas situações em que os inquéritos apontam para um rendimento feminino superior, corrobora Ernestina Menezes, directora

AGORA, PASSA NA TELEVISÃO, NA RÁDIO.
AGORA, VÊM FAZER REUNIÕES COM AS
MULHERES. AGORA, AS MULHERES TÊM
TODO O CONHECIMENTO.

82

do Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género. O rendimento de quem sai de canoa é mais incerto. O mar nem sempre está de feição. E os pescadores não têm hábitos de conservação do peixe. “Chega, tem de vender”. As *palaiês* põem no gelo, salgam ou fumam. Mas eles, os pescadores, tendem a usar mais o dinheiro deles para as coisas deles, e elas, as *palaiês*, tendem a usar mais o dinheiro delas para a casa e os filhos.

BEATRIZ AZEVEDO INVESTE HÁ ANOS NA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

83

Quando homem diz que o lugar de mulher não é na Assembleia Nacional, é em casa, a cuidar do marido e dos filhos, eu irrito-me mesmo e digo: “Mas onde é que está escrito que lugar de mulher é em casa? Em lado nenhum! O direito está na Constituição e é igual, tanto para homem como para mulher. Tens direito de estar aqui, foste eleito. Eu também fui eleita, também tenho direito de estar aqui!”

O machismo começa na própria mulher. Quantas mães dizem aos filhos que as mulheres não podem trabalhar fora de casa? Eu fui vítima disso.

Em Setembro de 1994, abriu uma vaga para trabalhar no hospital de São João dos Angolares, no distrito de Caué. Falei com meu marido. Disse-lhe que ia concorrer. Ele não respondeu nem pau, nem pedra. Eu fui lá. Fui seleccionada. Quando cheguei a casa, o meu marido tinha saído na canoa. Ele era pescador. Quando voltou, eu disse-lhe: “Fui lá, éramos três, eu é que fiquei”. Ele não respondeu nem pau, nem pedra.

No primeiro dia de trabalho, levantei-me cedo, preparei o pequeno-almoço. Estava mau tempo, ele não foi para a pesca. Perguntou-me: “Está a fazer pequeno-almoço tão cedo, vai para onde?”. E eu: “Então não disse que fui seleccionada para trabalhar no hospital? Vou começar hoje.” Ele não respondeu nem pau, nem pedra. Pus o pequeno-almoço na mesa. Chamei. Ele disse: “Depois eu vou.” “Está bem, vou para o serviço”.

Eu entrava às 7h, saía às 12h, voltava a entrar às 14h. Antes das 12h o movimento já estava frio, fui para casa. Como tinha posto a mesa do pequeno-almoço, encontrei. Fiz almoço, voltei a chamar. Ele não me respondeu nem pau, nem pedra. Deixei almoço na mesa. Fui trabalhar. Quando cheguei, voltei a encontrar a comida na mesa.

Era segunda-feira. O meu marido não falou comigo. Na terça-feira, o meu marido não falou comigo. Na quarta-feira, o meu marido não falou comigo. Na quinta-feira, o meu marido disse: “Acha que o que está a fazer é boa coisa? Antes comíamos na hora, conversávamos; desde que começou a trabalhar, quase que não pára em casa!”. Eu disse-lhe: “Quando duas mãos estão unidas é melhor.”

Nessa distância, nesse silêncio, fui ter com a mãe dele. Eu contei-lhe o que estava a acontecer na nossa casa. Ela mandou-o chamar. Ele foi lá, falar com ela. Nesse dia, quando ele voltou para casa, houve confusão. Ele: “Foi fazer queixa?!” Eu: “Não é nada mentira.” E ele: “Minha mulher não pode trabalhar!”

MAS ONDE É QUE ESTÁ ESCRITO QUE LUGAR DE MULHER É EM CASA? EM LADO NENHUM! O DIREITO ESTÁ NA CONSTITUIÇÃO E É IGUAL, TANTO PARA HOMEM COMO PARA MULHER.

85

O meu marido tinha aquele preconceito. Achava que mulher não podia trabalhar fora de casa. Mulher que trabalhava fora de casa era mulher do chefe... A nossa convivência estava a mudar. E eu pensei: “Não, não posso guardar isto só comigo. Tenho de encontrar uma maneira de o fazer aceitar isto.”

Fui falar com o meu pai. O meu pai mandou um recado para o meu marido e ele foi lá. O meu pai conversou com ele: “A minha mulher sempre trabalhou e é muito bom quando homem e mulher trabalham, porque é dinheiro que entra e ajuda também na educação dos filhos, na construção da casa e nessas coisas todas.”

Não foi fácil. Com tanto falar, ele aceitou.

Trabalhei na área de saúde de Caué 22 anos. Entrei como catalogadora. O meu trabalho era fazer levantamento de fichas, cartão de consulta. Fui adquirindo conhecimentos. Participava nas formações, nas palestras, e acabei ficando responsável pela nutrição. Fazia o menu para pessoas diabéticas, pessoas hipertensas, crianças malnutridas. Tinha apoio da Assistência Médica Internacional.

Às vezes, digo para o meu marido: “Você já parou para pensar como seria se eu não trabalhasse? Qual seria a nossa vida hoje?”

Os meus pais são cabo-verdianos. O meu pai veio para São Tomé em 1954 e a minha mãe em 1959. Conheceram-se aqui. Trabalhavam na produção de cacau, na Roça de Ribeira Peixe. Somos sete meninas do





INTERESSEI-ME CEDO PELA POLÍTICA.
O MEU PAI FALAVA MUITO DE POLÍTICA.
ELE CONTAVA HISTÓRIAS DO TEMPO DO
COLONO.

88

primeiro casamento do meu pai e dois meninos do segundo casamento do meu pai. Os meus pais nunca se separaram. Isso é essa poligamia que existe aqui. É essa ânsia de ter filho homem.

Cresci em Ribeira Peixe, a 12 quilómetros e meio de São João dos Angolares. Em Ribeira Peixe, só havia escola da 1^a à 4^a classe. No ano de 1981 abriu escola até à 7.^a classe no Distrito de Caué, mas na cidade de São João dos Angolares. Então eu fazia essa caminhada para a escola. Quando terminei a 7.^a classe, a continuação era na cidade capital, São Tomé. Os meus pais não tinham como me manter lá. Comecei a trabalhar. Fazia limpeza nos pés das palmeiras. Era um trabalho muito cansativo.

Conheci o meu marido aos 18 anos. Vivemos juntos quatro anos e tivemos dois filhos antes de nos casarmos, no dia 19 de Junho de 1993. Antes do casamento, eu era dona de casa e cuidava dos dois filhos. Depois do casamento, logo apareceu a terceira filha. E o meu marido estava nessa vida de pescador – dia dá, dia não dá.

Pelo meu marido, só teríamos tido um casal. Quando tive o rapaz, ele queria fazer planeamento familiar. As pessoas mais velhas diziam: “Quem faz planeamento não dá mais filho, não é mais mulher perfeita”. Com isso tudo na cabeça, eu recusei-me a fazer planeamento. Veio a terceira filha. Criar um filho já era sacrifício, imagine dois e três!

Com três filhos para criar, o meu marido insistiu comigo: “Tem de fazer planeamento.” E eu falei com uma irmã, que é enfermeira. Ela

disse: “Mas o que é que se passa contigo? Devias pôr as mãos para o céu e agradecer pelo teu marido, porque as outras mulheres têm de fazer planeamento familiar escondido. Os cartões que são entregues, as mulheres não levam para casa, porque os maridos vão lhes bater.”

Comecei a fazer planeamento. Ele começou a trabalhar num barco espanhol. Graças a Deus, a nossa vida melhorou.

Nós fomos gastando o pouco que tínhamos na educação dos nossos filhos. O que os meus pais não conseguiram me dar, eu quero que os meus filhos tenham. Conheço muitas pessoas de idade e vejo que os filhos têm vontade de ajudar, mas não conseguem porque não têm como. Eu vejo que, quando uma pessoa estuda, tem conhecimento, consegue fazer alguma coisa por ela própria e pela família.

A minha primeira filha fez formação em Gestão Geográfica e Territorial e Ordenamento do Território. Está no Ministério da Educação como delegada de Geografia. O meu segundo filho foi para Portugal fazer um curso técnico-profissional de energias renováveis e está a fazer mestrado em Engenharia. A terceira fez licenciatura em Relações Internacionais e mestrado em Economia Pública e está a estagiar.

O engraçado é que, em 2009, quando abriu o ensino nocturno aqui, em São João dos Angolares, eu disse: “É a vez de eu continuar os meus estudos”. Terminei a 8.^a classe, a 9.^a classe, passei para a 10.^a classe. Depois, o número de estudantes começou a diminuir. A direcção da

EU VEJO QUE, QUANDO UMA PESSOA ESTUDA, TEM CONHECIMENTO, CONSEGUE FAZER ALGUMA COISA POR ELA PRÓPRIA E PELA FAMÍLIA.

90

escola e o Ministério da Educação viram que não havia vantagem de continuar o curso nocturno aqui. Tive de desistir de estudar outra vez. Fui eleita deputada da Assembleia Nacional em 2014. Em Fevereiro de 2015, o Presidente da República promulgou a lei da incompatibilidade. Desde então, os deputados só podem trabalhar para o Parlamento. Vi aí uma oportunidade de retomar os meus estudos. No período da manhã, vou para a Assembleia Nacional. No período da tarde, vou para a formação. Estou a estudar Administração e Contabilidade.

Interessei-me cedo pela política. O meu pai falava muito de política. Ele contava histórias do tempo do colono. As pessoas eram maltratadas. Ele também fez parte do movimento de libertação. Os que estavam aqui em regime de contrato também lutaram pela independência. Ele também fez parte da política a partir de 1975. Fez parte do *bureau* político do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata.

Ainda me lembro de ter 12 ou 13 anos e de ouvir o meu pai contar como é que eles eram obrigados a fazer vigilância com espingarda de madeira. Fartávamo-nos de rir na altura. Nós perguntávamos: “Papá, espingarda de madeira mata inimigo?!”. E ele dizia: “Não, mas o inimigo não sabe que é de madeira. Basta ter estrutura de espingarda, para inimigo pensar que é espingarda”.

Em 1990, quando houve o referendo sobre a democracia, eu já tinha 18 anos. Em 1991, houve eleições presidenciais. Só havia um candidato,



Miguel Trovoada, que tinha fundado o Comité pela Libertação de São Tomé e Príncipe, mais tarde o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, com Manuel Pinto da Costa. Na fase de transição entre o fim do sistema político monopartidário e a implantação do sistema multipartidário, convidavam: “Olha, o partido tal está a fazer reunião”. Tinha essa base, mas gosto muito de ler. Ouço muito notícias. Acompanho as coisas. Agora, com a internet, faço pesquisa sobre temas nacionais e internacionais. Eu sou curiosa. Quando tenho dúvida, pergunto.

Quando entrei na vida política, nunca pensei que iria chegar a deputada. Logo em 1991, comecei a participar. Mesmo sendo mulher, dona de casa, quando havia reunião, convidavam-me. Acho que viam em mim uma pessoa com capacidade de explicar. Eu tenho muita paciência. As pessoas dizem: “Dona Bia, nós ouvimos assim, assim e assim. Afinal é como?”. Então eu paro, mesmo que tenha as minhas coisas para fazer, e explico.

Agora, quando me perguntam como me tornei deputada, eu digo: “Nós é que temos de ir atrás. Não podemos esperar que as coisas venham até nós. Para chegar aqui, não me sentei em casa. Fui aparecendo nas reuniões. Fui colaborando. Fui mostrando a minha vontade”. Algumas vão e ficam num canto. Às vezes, alguém vai chamar e dizem: “Vou, não vou.” Acabam por não ir. Vão dizer o quê, que querem ficar em lugares elegíveis?

O MEU LUGAR NÃO É EM CASA. O MEU LUGAR É NA ASSEMBLEIA NACIONAL, PELO MENOS ATÉ ÀS PRÓXIMAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS.

93

A participação das mulheres é baixa. Somos oito deputadas e 47 deputados. No Governo, há duas ministras num total de 11. Não é porque as mulheres não sabem. As mulheres sabem, mas dizem que não têm tempo. Se é professora, vai dar aulas, tem de cuidar dos filhos e do marido e não sei quê.

Seria diferente se os homens ajudassem em casa. Não ajudam. O meu marido ajuda. A educação dele foi minha contribuição. Eu dizia: “Alguma coisa de casa, na minha ausência, tem de assegurar. Se estou na cidade, não venha esperar que quando chegar a casa, às 19 horas, é que vá pegar fogo para fazer a refeição. Já preparei, já deixei alguma coisa para pôr no fogo. Agora, tem de ser você a orientar as coisas. Vai esperar sentado que eu chegue a casa? A que horas é que a mais nova vai comer?”

Eu nem digo que o meu marido faz jantar. Eu digo que meu marido termina de fazer! Alguma orientação aqui em casa ele também dá. Tenho uma filha de cinco anos. E tenho uma filha de 11 anos. E tenho uma filha adoptiva de 14 anos. A de 14 anos passa no jardim e traz a de cinco anos para casa. A outra já vem sozinha para casa.

O meu marido deixou de fazer o trabalho de pesca. Temos um pedaço de terra e ele planta mandioca, matabala, banana-pão, coqueiro... Estamos a fazer um viveiro de árvores de fruto. Ele está a pensar em abrir uma oficina de bambu. Ele é grande artesão de bambu. Faz móveis. Ele também faz parte de uma associação de recolha de resíduos

sólidos. Fazem separação de lixos e compostagem.

O meu lugar não é em casa. O meu lugar é na Assembleia Nacional, pelo menos até às próximas eleições legislativas.

Em 2014, a Acção Democrática Independente venceu a maioria na Assembleia Nacional e cinco dos seis distritos. Em 2015, conquistou a Presidência da República. Eu faço parte da oposição. Fui eleita nas listas do MLSTP-PSD. Quando tenho de dizer alguma coisa digo.

Questiono os deputados do partido do Governo. Questiono o Governo. E sou malvista por causa disso. Até já me deram o nome de “Deputada de Roça”. Eu não me importo. Conheço bem os meus direitos e os meus deveres.

ERNESTINA MENEZES, O ROSTO PÚBLICO DA IGUALDADE DE GÉNERO

95

Há uma lista de números que, apesar de serem desactualizados, ajudam Ernestina Menezes, directora do Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género, a traçar o retrato da participação dos homens e da participação das mulheres na economia de São Tomé e Príncipe.

Múltiplos factores explicarão a pobreza que em 2012 era bem mais pronunciada nas mulheres (71,3%) do que nos homens (63,4%).

Ernestina Menezes não se contenta com as “barreiras individuais”.

Aponta constrangimentos culturais e sociais, que afectam a participação laboral e as oportunidades económicas.

Primeiro desafio: “Ainda há homens que proíbem as mulheres de

trabalhar. E ainda há muitas mulheres que entendem que os homens devem suportar todas as despesas. ‘Ele tomou-me, tem de me sustentar.’”

Segundo desafio: “As mulheres têm um nível de escolaridade mais baixo.” Em 2012, a taxa de analfabetismo entre as maiores de 15 anos era de 15% (5,1% nos homens). A diferença era diminuta no ensino básico, mas alargava-se no secundário e no superior, muito por causa da gravidez na adolescência – 11% das adolescentes tinham filhos.

Terceiro desafio: “Não há um serviço de amas. Não há hábito, não há incentivo. Ninguém pensa nisso. Há um ou outro jardim de infância que recebe crianças pequenas, mas o habitual é deixar com uma prima, deixar com uma tia, deixar com uma vizinha. Quem tem empregada deixa com a empregada.”

Há uns anos, Ernestina Menezes tentou promover um serviço de amas. A ideia era dar apoio financeiro e até formação básica a algumas mulheres. Podiam fechar um pequeno espaço e equipá-lo de modo a poderem acolher crianças com menos de três anos. “Uma ou outra mulher podia ver isto como um trabalho e liberar outras.”

Esse projecto nunca saiu do papel. “Encontrámos parceiros, mas não aceitaram trabalhar com o Governo. Preferiam câmaras ou associações”, recorda. Ainda tentou algumas câmaras, mas nenhuma avançou. Talvez porque a verba só viria no ano seguinte e no ano seguinte haveria autárquicas.

AINDA HÁ HOMENS QUE PROÍBEM
AS MULHERES DE TRABALHAR.



SE HOUVESSE UM CENTRO ONDE AS MULHERES PUDESSEM DEIXAR OS SEUS FILHOS E DEDICAR-SE À VIDA PROFISSIONAL, ELAS TERIAM OUTRAS OPORTUNIDADES.

98

Há mais mulheres inactivas do que activas e quase metade das mulheres activas fazem trabalho informal. “O trabalho informal garante aquela flexibilidade que elas precisam”, esclarece. “Se houvesse um centro onde as mulheres pudessem deixar os seus filhos e dedicar-se à vida profissional, elas teriam outras oportunidades. Algumas querem estudar à noite, mas vão estudar como?”

Não ficam livres de sarilhos as mulheres com rendimentos suficientes para pagar a alguém para tomar conta das suas crianças. Tem de correr para chegar a casa antes da empregada sair. Os homens continuam a não assumir o trabalho doméstico, o cuidado com as crianças e com os idosos. “É uma carga muito grande”, lamenta. “Os homens não se vêm na obrigação de ajudar. Eles dizem: ‘Isso é coisa de mulher, você não é menos mulher do que as outras, as mulheres fazem isso mesmo.’”

Estes condicionalismos, muito culturais, por isso mesmo invisíveis, não questionados, têm consequências em matéria de progressão de carreira. “Mesmo que fulano tenha menos formação, tem mais disponibilidade e, por isso, é o escolhido”, ilustra. E também se refletem na participação política e demais domínios da vida social. “Há reuniões que duram até às duas da manhã. Quem é que fica com os filhos?”

Ernestina Menezes tem 46 anos e anda há oito a falar nestes temas. Confessa que às vezes fica “desanimada”. “Todo mundo acha que faria melhor, ninguém quer saber das condições materiais, financeiras. E reclamam muito. E é chato. As mentalidades não se

alteram de um momento para o outro...”

Nasceu em Bôbôfôro, a três quilômetros do centro de São Tomé. Tinha seis anos quando a família se mudou para Chacra, mesmo a subir para Trindade. Cresceu numa casa cheia de gente. Eram dez filhos. O pai, motorista profissional, tinha dois filhos fora de casa. E a mãe, doméstica, adoptou outros três.

Logo ali, percebeu “muito machismo”. Eram seis raparigas e quatro rapazes. “Dois são mais velhos do que eu e dois mais novos”, recorda. “O segundo e o quarto tinham personalidades muito fortes. Meu pai autorizava-os a nos colocar na regra. E esse colocar na regra implicava bater. Eles podiam fazer o que eles quisessem. Se eu fosse fazer queixa a meu pai, ele dizia: ‘Bem feito. Está na estrada parada porquê?’”

As coisas ficaram feias em particular para a irmã mais velha, que tinha de lavar a roupa do irmão mais velho. “Se ele quisesse uma camisa e não estivesse pronta, ela tomava porrada. Eu achava isso um absurdo. Eu dizia: ‘Comigo não. Comigo não vai acontecer. Quando crescer, vou ser juíza.’ O meu objetivo era condenar o meu irmão. Eu achava que ele abusava, que o meu pai não fazia nada e que alguém tinha de fazer alguma coisa.”

Numa atitude de resistência, Ernestina Menezes negligenciava as tarefas domésticas. Se lhe ordenavam que cozinhasse, ela cozinha mal, a ver se não voltavam a pedir. Chamavam-lhe “a plegida”. “Plegida” é o que se chama a uma mulher que não sabe cozinhar. “Eu

não queria cozinhar. Eu queria estudar, ler, escrever.”

Terminou o secundário num período especial. Depois de 15 anos num regime de partido único, o país abria-se. Promulgada a nova Constituição, realizaram-se as primeiras eleições multipartidárias. Venceu o PCD/GR (Partido de Convergência Democrática/Grupo de Reflexão). A política educativa alterou-se. “O Governo anunciou que não ia mais apostar na formação no exterior. Ia construir um politécnico”, lembra.

A formação de nível superior demorou anos a arrancar. E, entretanto, quase não havia bolsas para estudar no estrangeiro. Ernestina Menezes esperou oito anos. Enquanto esperava, fez um estágio de estatística, foi professora de Ciências Sociais, secretária no Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agropecuário, secretária na embaixada de Taiwan.

Tinha começado a namorar ainda nos bancos da escola. Desejosa de estudar, dizia ao namorado: “Não vou fazer nada enquanto não formar.” E ele anuía. Também queria formar-se. “Depois de cinco anos de namoro comigo, ele envolveu-se com outra moça e teve uma filha. Fiquei para morrer!”

Não terminaram. Em 1996, ele avançou para França para estudar Gestão e Economia de Turismo. E, dois anos depois, ela avançou para o Brasil para estudar Ciências Sociais.

Ernestina Menezes “queria fazer o curso o mais depressa possível”. “Em vez de fazer seis matérias por ano, eu fazia dez. Estudava de manhã à noite. No fim de três anos, tinha os créditos” diz. A ideia era recuperar tempo perdido, acabar a licenciatura ao mesmo tempo que o namorado. Quando partilhou o plano com a madrinha, ela desencorajou-a: “Não vem, ficaste pouco tempo e vão dizer que não tens curso.” E ela anuiu. Aproveitou para fazer um mestrado em Gestão de Recursos Humanos.

De volta a São Tomé, começou a trabalhar na Administração Pública. O namorado estava a trabalhar em Portugal. “Ele veio, casou-se e voltou. Eu peguei um mestrado em Administração Pública para ir para lá, mas não me adaptei. Tenho muitos problemas de coluna. O meu pai era muito feroz com essa questão do namoro. Eu saía às escondidas. Apanhava porrada todos os finais de semana...”

No início, Ernestina Menezes ouvia: “Já está formada, falta o marido!” Depois do casamento, começou a ouvir: “Já casou e não tem filho ainda?” Não era algo que pudesse ouvir de ânimo leve. Não ter filhos não era uma opção. Sujeitou-se a tratamento de infertilidade. Teve uma filha. E passou a ouvir: “É um filho só? Filho não é filho, hein!” Imagina o que lhe diriam se tivesse tido outro. “Dois filhos só? Você virou branca?”

Naquela altura, nem se imaginava a operacionalizar uma Estratégia Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género. Tinha regressado à

HÁ MUITOS HOMENS REVOLTADOS CONTRA O INSTITUTO PORQUE ENTENDEM QUE O INSTITUTO É PROMOTOR DE DESORDEM.

102

Administração Pública e fora desafiada a substituir o director. Mas há oito anos assumiu a direcção do Instituto Nacional para a Promoção da Igualdade e Equidade de Género.

“Temos muitos problemas para resolver”, suspira. Um deles será o consumo excessivo de vinho de palma, cerveja, aguardente e outras bebidas alcoólicas. “Fizemos um inquérito e em quase todas as comunidades nos disseram que as mulheres estavam a beber tanto ou mais do que os homens. Não sei se foi refúgio...”

O Inquérito de Indicadores Múltiplos de 2014 indicava que a proporção de homens que consumia álcool era consideravelmente mais elevada: 67,1% dos homens com idades compreendidas entre os 15 os 49 anos de idade tinham consumido pelo menos uma bebida alcoólica no último mês contra 53,2% de mulheres.

Parece-lhe importante ter em conta que também “há homens que se queixam com razão”. “O homem sai para trabalhar, deixa dinheiro. A mulher fica em casa, pega no dinheiro e compra bebida, bebe, não faz a comida, não cuida da casa, não cuida dos filhos, deixa as crianças ao abandono. Ela está em casa, devia contribuir. Quando ele fala, ela não tem aquela humildade. Ela também quer discutir.” E o pior pode acontecer. “Culturalmente, mulher deve pedir desculpa mesmo que não tenha culpa.”

Participando em acções pelo país, nota que “há muitos homens revoltados contra o instituto porque entendem que o instituto é

promotor de desordem”. “Vocês estão a estragar as mulheres”, diz-lhe. “Esta questão dos direitos iguais está mal apreendida pela população”, considera. E isso só prova a urgência de mais e melhor acção no cumprimento dos objetivos da Estratégia Nacional para a Igualdade e a Equidade de Género.

CÉLIA POSSER NÃO SE CONFORMA COM A INIQUIDADE DE GÉNERO

105

Aviso à navegação: Célia Posser não se identifica com a forma tradicional de viver em São Tomé e Príncipe e tem sido “muito determinada” no que diz respeito aos direitos das mulheres e das crianças. É algo presente na sua vida familiar, na sua vida social, na sua vida laboral. “Para alguns pode ser excessivo, mas é a minha forma de ser.”

Nasceu em Lisboa, há 44 anos. A sua mãe é portuguesa e o seu pai é são-tomense. “Sou filha de pais separados desde a nascença”, sublinha. Viveu grande parte da sua vida no Lumiar, uma freguesia do Norte do concelho de Lisboa. Viajava para São Tomé nas férias – mais no Verão, por vezes no Natal.

Mudou-me para São Tomé em 2001, ainda não tinha acabado o curso de Direito, na Universidade de Coimbra. Esteve a trabalhar no Ministério Público, como procuradora adjunta. Em 2002, foi fazer a última cadeira do curso. Mudou-me definitivamente para São Tomé em 2003. O marido é são-tomense.



A MULHER AQUI É MUITO SUBMISSA. A SUBMISSÃO É SOCIALMENTE VISTA COMO UMA ATITUDE CORRECTA. E O PROBLEMA NÃO ESTÁ SÓ NOS HOMENS.

107

“O que senti e continuo sentindo?”, pergunta. “Cresci noutra cultura, muito mais aberta no que diz respeito à equidade de género. A mulher aqui é muito submissa. A submissão é socialmente vista como uma atitude correcta. E o problema não está só nos homens, está também nas mulheres, que não se insurgem, que não se afirmam.”

Célia Posser é casada, tem duas filhas, mas também é advogada, presidente da Plataforma de Direitos Humanos e Equidade de Género, bastonária da Ordem dos Advogados. Mesmo assim, acontece os sogros dizerem-lhe: “Tens de fazer mais, tens de te dedicar mais à casa”.

Dá-se por adquirido que a mulher, mesmo que tenha carreira, tem obrigação de limpar a casa, de preparar as refeições, de cuidar dos filhos. “Em minha casa, somos muito mais liberais nessa matéria”, enfatiza. “Durante a semana, a empregada trata da casa e da comida. No domingo, se eu não fizer, o meu marido, que tem outra cultura – é empresário, estudou Gestão em Portugal –, vai ao frigorífico, come uma sandes ou um resto de uma refeição anterior. Só que isso aqui não é bem visto.”

Em São Tomé e Príncipe, “o comum é não existir partilha”. Os homens sentam-se à mesa e as mulheres têm de os servir. “Então, não vais servir o teu marido?”, perguntaram a Célia Posser em reuniões de família. “Eu?! Ele pode levantar-se e servir-se”, respondeu. E muitas vezes ele levanta-se, serve-se e serve-a. “As pessoas ficam a olhar para nós e a pensar: ‘está tudo invertido neste casal.’”

Não se insurge a toda a hora. Tornar-se-ia demasiado desgastante. “Sendo liberal com os meus actos, os meus pensamentos, aquilo que eu digo, a minha forma de ser não se encaixam nesta sociedade, mas fui obrigada a retrair-me um bocado. Uma pessoa cansa-se de estar sempre no embate.”

Não se esquece que é neste contexto, em Campo de Milho, selecta zona da cidade, que está a criar as filhas. “A mais velha tem 16 anos, começa a namorar, mas não se deixa levar. Ela é ela própria, tem a sua autoestima em cima, toma as duas decisões. Primeiro está ela e os estudos e depois os namoros.” A outra é pequena, tem 10 anos.

Tornou-me procuradora adjunta muito cedo. Exerceu durante três anos e entrou para a política. Tinha uns 30 anos quando se tornou Secretária de Estado para os Assuntos Parlamentares, a Administração Pública e a Comunicação Social. Naquela altura, havia instabilidade política. Os governos duravam pouco. Ficou dois anos e meio. Quando saiu, começou a trabalhar como advogada e consultora.

Começou por ser consultora da Assembleia Nacional. Dava assessoria a deputados. A seguir, foi convidada pela UNICEF, o Fundo das Nações Unidas para a Infância, para colaborar num estudo sobre violência doméstica. “Estava a ser criado o gabinete de violência doméstica e fui contratada, como consultora, para trabalhar no levantamento das necessidades e daquilo que era violência doméstica em São Tomé”.

Houve resultados práticos desse trabalho feito por ela e por outros.

Instituiu-se o Centro de Aconselhamento de Violência Doméstica, fez-se a lei 11/2008 contra a violência doméstica e familiar e a lei 12/2008 sobre o reforço de mecanismos de protecção às vítimas de violência doméstica familiar. “Tínhamos previstas Casas de Acolhimento que, infelizmente, não foi possível implementar”, diz. O que há é uma unidade de protecção das vítimas da violência doméstica preparada para acolher pessoas até 48 horas. E então o que é que acontece? Quando há um crime de violência doméstica, muitas vezes, as vítimas são obrigadas a voltar, com receio, para onde foram violentadas.”

Essa experiência marcou o começo do meu activismo. Fundou a Plataforma de Direitos Humanos e Equidade de Género em 2013. “Sempre que o Governo quer implementar alguma coisa que tenha a ver com direitos humanos e equidade de género, somos chamadas a dar a nossa opinião”, diz. “Também temos participado em campanhas de sensibilização. Quando o Centro de Aconselhamento de Violência Doméstica precisa de um advogado, pode chamar-nos. Eu colaboro na vertente de presidente da Plataforma e na vertente de bastonária da Ordem dos Advogadas – fui eleita em Março de 2017.”

Há pouco, deu uma formação na Assembleia Nacional sobre orçamento e género. Estava a explicar que o trabalho doméstico não é remunerado e que há quem ache que deve ser e “os deputados estavam a achar aquilo tudo muito engraçado”. Uma consultora desenvolveu o tema. E os deputados disseram que não podia ser, que também

queriam receber pelo trabalho doméstico. E elas perguntaram: “Então, o que é que vocês fazem?” “Muitos ficaram calados.”

No decurso do projecto *Direitos das Mulheres em São Tomé e Príncipe – conhecer para capacitar e sensibilizar*, andou pelo arquipélago nas diversas acções de informação/formação. “Ouvi várias pessoas a dizer que as mulheres já estão esclarecidas, já estão a tentar pôr-se em pé de igualdade com os homens e que eles não gostam”, revela. “No Príncipe, por exemplo, ouvimos polícias a dizer: ‘Este projecto é só direitos das mulheres e elas estão a conhecer direitos que não deviam conhecer!’”

Acha que a tónica tem de ser posta na equidade de género. “Quando se diz ‘direitos das mulheres’, os homens sentem-se um bocado intimidados. Não se pode falar de equidade de género sem incluir os homens, porque eles também têm que saber o que é isso dos direitos das mulheres. Não é só violência doméstica, é acesso a saúde sexual e reprodutiva, acesso a educação, participação política. Para que as mulheres tenham mais participação na vida pública, os homens têm de ter mais participação na vida privada.”

QUANDO SE DIZ 'DIREITOS DAS MULHERES', OS HOMENS SENTEM-SE UM BOCADO INTIMIDADOS. NÃO SE PODE FALAR DE EQUIDADE DE GÊNERO SEM INCLUIR OS HOMENS.



JANAÍNA LOPES DISCUTE AS NOVAS QUESTÕES DO FEMINISMO NAS REDES SOCIAIS

113

O meu nome é Janaína Lopes e sou feminista. Sinto que o machismo está profundamente enraizado em São Tomé e Príncipe. Influencia as várias áreas das nossas vidas – desde o nascimento até à morte.

Não nasci em São Tomé e Príncipe. Nasci quando os meus pais estavam a estudar no Brasil – ela Secretariado, ele Ciências da Informação. Vim muito pequena para São Tomé. E tive vários percalços na infância e na adolescência. Grande parte das meninas passa por coisas desagradáveis aqui.

A primeira vez que me senti atacada tinha uns cinco anos. Um funcionário do meu pai mostrou-me os genitais e perguntou-me se eu queria tocar. Apesar de não ter bem noção das coisas, sabia que aquilo era errado e fugi. A minha sorte é que eu vivia num quintal partilhado.

SINTO QUE O MACHISMO ESTÁ
PROFUNDAMENTE ENRAIZADO
EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.

114



A casa da minha avó era mesmo ao lado da nossa.

Essa foi a situação mais agressiva que me aconteceu. O mais comum são os olhares e os “elogios” indecentes.

Na rua, chamam-me, mandam-me beijinhos. Se eu ignorar, dizem-me: “Se eu não fosse pobre, aceitavas”; “Nem fazes o meu tipo, senão ias ver”; “Assim armada, aposto que és bandida”. Antes de ter carro, quando ia e vinha do trabalho a pé, muitos dos homens que se metiam comigo na rua seguiam-me até casa.

Ser solteira faz diferença. Se eu for a uma festa ou a uma discoteca com amigos é muito mais difícil ser abordada. A pessoa chega e pensam que algum daqueles homens pode ser meu acompanhante. Se sair sozinha, é frequente haver avanços indesejados. Por exemplo, algum homem pegar num dos meus braços com força e puxar-me para dançar, mesmo sem me conhecer. Eles sentem uma liberdade total!

Acho que os machos aqui, em São Tomé e Príncipe, sentem essa liberdade toda porque são muito valorizados – disputados até. Se nos assediam, acham que nós, mulheres, temos de entender isso como um elogio, não como uma ofensa. Para mim, é uma ofensa, mas nem todas as mulheres encaram o assédio como um problema. Para algumas é só uma coisa que acontece e com a qual nós temos de saber lidar.

Como é que eu reajo? Na maioria das vezes opto por ignorar,

infelizmente. Digo infelizmente, porque podia posicionar-me de uma maneira mais drástica. Não o faço porque a sociedade julga muito as mulheres. Onde é que ela estava? Como é que ela estava vestida? Como é que ela se estava a comportar? Parece que não percebe que as mulheres têm direito à liberdade e à segurança pessoal.

Eu acho que as mulheres solteiras, aqui, intrigam os outros. Há a crença de que a mulher só se sente completa, só se sente realizada, se tiver um parceiro e se for mãe. Quando as pessoas se deparam com alguém que vê as coisas de outra forma, ficam intrigadas. Há pressão de todos os lados. Eu sinto isso na pele.

Fiz a licenciatura em Economia e o mestrado em Economia Monetária e Financeira no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa. Trabalho no Banco Central de São Tomé e Príncipe, tenho 27 anos e não tenho namorado. Dizem-me muitas vezes que não entendem como é que eu posso estar solteira num país com tantos homens. Acham que sou arrogante. Digo que não encontrei ninguém que valesse a pena. Dizem-me que escolho demais, que estou à procura do parceiro perfeito, que um parceiro perfeito não existe. Digo que é opção, que não preciso, que até posso precisar, toda a gente precisa de um companheiro, mas as coisas acontecem no tempo certo. E dizem-me: “Ah, mas tu, com 27 anos, já devias começar a pensar em ter filhos, porque quando a idade passar, já não vais conseguir”.

Não sei quantas vezes já me disseram: “tens que arranjar alguém

EU ACHO QUE AS MULHERES SOLTEIRAS, AQUI, INTRIGAM OS OUTROS. HÁ A CRENÇA DE QUE A MULHER SÓ SE SENTE COMPLETA, SÓ SE SENTE REALIZADA, SE TIVER UM PARCEIRO E SE FOR MÃE.

117

porque mulher não é feliz sozinha”; “tens que arranjar alguém porque mulher independente sozinha torna-se soberba e arrogante”; “tens que arranjar alguém porque a idade está a passar, tens que ter filhos, e eu posso ser esse pai”; “arranja alguém porque daqui a mais alguns anos já ninguém te quer, mulher depois dos 30 já não serve”; “queres ser solteira eternamente e ficar como a fulana que ninguém respeita?”, referindo-se às mulheres de 40 que são solteiras.

Incomoda-me estar sempre a ser questionada. “Porque é que és solteira?” “Porque é que não tens ninguém?” “Porque é que não és mãe?” A dada altura isso começa a afectar uma pessoa emocionalmente. Parece que eu sou diferente das outras. E no fundo é isso que me tentam fazer com que eu pense, que sou diferente das outras, que não devo ser diferente das outras, que devo ser igual às outras.

Acho que esta ideia de que uma mulher não pode ser solteira faz com que muitas mulheres se atirem para o casamento ou que estejam a aguentar casamentos infelizes, relações abusivas, até. Sentem que se ficarem sozinhas vão valer menos, ter menos estatuto. E isso não tem sentido. Somos todos iguais.

Não faço parte de nenhuma organização de defesa dos direitos das mulheres. Não me identifico com as que existem. Tenho o meu modo de fazer activismo. Uso frases estampadas em *t-shirts*. Escrevo nas redes sociais.

ACHO QUE AS FEMINISTAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE ESTÃO DENTRO DO ARMÁRIO E PRECISAM DE SAIR DELE.

118

Quando escrevo nas redes sociais sobre direitos das mulheres, há pessoas que me contra-atacam, sobretudo homens. De certa forma, os homens sentem a sua masculinidade ameaçada pelas minhas palavras. Não gostam do que digo ou não gostam de me ver dizer o que digo, não sei muito bem. Sei que tendem a associar mulheres com opiniões semelhantes à minha a relacionamentos fracassados.

“Se eu fosse teu marido, ias ver o que é que eu te fazia”. Este é um comentário comum quando estou a expressar opiniões mais feministas. Acho que me dizem isso para eu perceber que se eu tivesse um homem seria diferente. Ele iria colocar-me rédea curta.

A minha postura perante a vida nada tem que ver com relacionamentos amorosos fracassados. Desde que me entendo como gente que tenho um pensamento que vai ao encontro daquilo que é o feminismo. Acredito que a sociedade precisa do feminismo. Todos nós – tanto homens, como mulheres – temos a ganhar com mulheres mais participativas, mais integradas, mais donas das suas próprias escolhas. Eu assumo-me como feminista, mas até há tempo não fazia isso. Tenho amigas que não se assumem como feministas, apesar de terem ideias claramente feministas. Acho que as feministas de São Tomé e Príncipe estão dentro do armário. Acho que as feministas de São Tomé e Príncipe estão dentro do armário e precisam de sair dele.

O feminismo é um conceito estigmatizado e ainda desconhecido na nossa sociedade. Muitas pessoas vêem o feminismo como um

movimento que tenta oprimir os homens, mas não é nada disso. O feminismo luta contra todo o tipo de aprisionamento da mulher. O feminismo não tem nada que ver com o machismo, que é a supremacia do homem. O feminismo é a defesa da igualdade. Como há essa confusão, às vezes contendo-me.

Acho que o machismo está enraizado de tal forma na sociedade que é quase impossível alguém não proferir um discurso machista, mesmo que inconscientemente. Eu própria dou por mim a ter pensamentos machistas. Por exemplo? Sei que para ser uma mulher mais aceite na sociedade tenho de ser estudiosa, boa profissional, e, ao mesmo tempo, desempenhar as tarefas do lar de forma excelente.

Vivo com a minha mãe e com a minha irmã no centro da cidade. A minha mãe tem 49 anos e a minha irmã tem 25. Na nossa casa, falamos muito sobre isso. A minha irmã e a minha mãe penso que pensam como eu, mas da porta para fora, na casa dos tios, do pai, dos outros familiares, a conversa já é diferente.

Não me calo. Há pouco tempo, comentei num almoço de família que estava à procura de uma empregada que nos pudesse limpar a casa e fazer pequenas coisas. Atacaram logo. “Uma casa de três mulheres precisa de empregada?”. E eu não consegui manter a calma. Respondi à pessoa que me disse isso: “Tu és só um, tens empregada e é normal? E nós somos três e ter empregada não é normal?”. E ele: “Ah, não, eu sou homem”. Eu senti-me ofendida,

disse-lhe que aquilo era machismo puro, mas toda a gente à minha volta estava de acordo com ele, excepto a minha irmã. “Realmente, três mulheres...”

Se queremos mudar o estado das coisas, não nos podemos calar. Temos de falar.

VICENTINA FERNANDES PASSA A VIDA A PEDIR AOS OUTROS QUE TENHAM SEXO COM RESPONSABILIDADE

121

O direito de decidir ter ou não ter filhos e quando tê-los. Houve lá maior impulso à libertação das mulheres do que os anticoncepcionais! Sem isso, até que ponto seria possível prolongar os estudos, entrar no mercado de trabalho, ganhar independência financeira, assumir o controlo das suas próprias vidas?

Na Associação São-Tomense para o Planeamento Familiar não faltam formas de controlo de natalidade. “Tem todos os meios aqui e todos os meios são gratuitos”, enfatiza a enfermeira Vicentina Fernandes. Tem

preservativo masculinos e femininos, tem Dispositivo Intra-Uterino, conhecido popularmente como DIU, tem anel, tem implante, tem injeção, tem pílula, tem calendário.

Os dados do Instituto Nacional de Estatística não são animadores: “A prevalência do uso de um método contraceptivo entre as mulheres casadas/união de facto era em 2009 de 76,2% e em 2014 tinha reduzido para 59,4%, sendo os três mais utilizados a pílula, o contraceptivo injectável e o preservativo masculino”.

Falando com a mulher, de óculos de massa preta, cabelos grisalhos apanhados no topo da cabeça, depressa se conclui que não há um problema de acesso. Há um problema de mentalidade. Há um mito: “o planeamento familiar estraga a mulher, dá corrimento, infecção vaginal, a mulher fica sem piada, perde sensibilidade”.

A resistência masculina tem outros contornos. Ter muitos filhos é sinal de virilidade. Se for de várias mulheres, mais ainda. E há um duplo padrão moral. “Os homens dizem que as mulheres que fazem planeamento familiar são bandidas”. Tradução: “Ela está com ele e está com outros.” Não é só desconfiança de infidelidade. “Ela está a fazer controlo, não vai parir, então pode fazer da vida dela o que ela quiser. E as mulheres, para não perderem os seus maridos, não fazem contracepção. Enchem-se de filhos.”

Vicentina Fernandes percebeu cedo a importância dos estudos na emancipação feminina. E do trabalho.



QUALQUER MULHER QUE NÃO TENHA UMA PROFISSÃO NA MÃO É SUBMISSA.

124

Perdeu a mãe muito nova. O pai tinha 17 filhos de várias mulheres. E ela ficou ao cuidado das Madres Canossianas, que auxiliavam os mais pobres a partir do Patronato, na Trindade. Como quem lá ficava só fazia a 4ª classe, terminado esse nível de ensino, foi viver com o pai, enfermeiro, na Roça Ribeira Palma, no distrito de Lembá, próximo de Ribeira Funda. Tinha muita vontade de estudar. “Queria ganhar o meu dinheiro, fazer a minha vida”, revela. “O meu pai era só mulheres. Eu era muito martirizada. Então, pensei que tinha de fazer algo para sair desse martírio. A única solução era estudar, fazer a minha formação, ter a possibilidade de ajudar os meus irmãos. E assim fiz.”

Eram três filhos da mesma mãe. Vicentina Fernandes e dois rapazes. Um é advogado, o outro é diplomata.

Uma dureza manter-se firme naquele objectivo: “Não havia transporte. Neves não tinha escola. Só Ponta Figo tinha escola porque a esposa do patrão dava aulas. Eu tinha de fazer lição para ingressar no liceu.” Todos os dias, Vicentina Fernandes ia a pé da sede da Roça Ribeira Palma até à escola Ponta Figo e voltava. Eram 12 quilómetros para cada lado. Saía de casa às cinco horas da manhã. Ia por ali abaixo, sempre a andar. As aulas começavam às oito horas. Saía da escola às 12h30. Entrava em casa por volta das 16 horas.

Quando o pai sofreu um acidente vascular cerebral, Vicentina Fernandes já estava a estudar enfermagem no Hospital Ayres Menezes,

que naquela altura ainda se chamava Hospital Dr. Oliveira Salazar. Gostava da ideia de ser enfermeira, como ele. E a verdade é que não via grande alternativa profissional para uma mulher. “A única possibilidade que a mulher tinha era ser enfermeira ou professora, mais nada.”

Haveria outras possibilidades, mas tão escassas que nem lhe ocorrem. “As mulheres ficavam em casa para lavar, cozinhar, arrumar, cuidar do marido e dos filhos”. Algumas lavavam roupa para fora. Vicentina Fernandes fez isso para ajudar os dois irmãos, que encarava quase como filhos. Algumas dedicavam-se ao comércio informal, mas poucas. O conceito de empregada doméstica não existia. “O que havia era meninas, cujos pais não tinham condições. Havia alguém que tinham condições e pegava nessas meninas e fazia como se fosse uma empregada. Não estudavam. Chamávamos *minas kiá*.”

Talvez o passado não seja o tempo verbal certo. Ainda há *minas kiá* em São Tomé e Príncipe. “Vão buscar nas roças, levam para suas casas. E elas tomam conta dos seus filhos, tomam conta da sua casa. Umhas pessoas põem na escola, têm essa consciência, mas outras não. Algumas pessoas é porque as meninas não querem ir para a escola. Os pais não querem mesmo que elas vão para a escola. Até dizem: “Leva, vai ensinar tudo o que a senhora sabe – lavar, engomar, cozinhar, fazer bolos, fazer não sei que mais...”.

Fez-se enfermeira e casou-se com um funcionário das Finanças. Tem a data gravada na aliança que continua a trazer no dedo – 23/12/72.

Imaginou-se a vida inteira com ele, mas ele morreu volvidos oito anos. Tinha 29 anos e dois filhos ainda pequenos. “Acho que a minha sorte veio só para criar, cuidar, tratar.”

Não se fechou para sempre naquela dor. Ainda tentou construir um futuro com outro homem. Teve uma filha dele, mas nem lhe apetece falar nesse período da sua vida, agora. Encerra o assunto com três frases curtas: “Não deu certo. Depois parei por aí. Pensei: não vou arranjar mais compromissos, mais filhos.”

Teve duas raparigas e um rapaz. Incitou-os a estudar, tanto a ele como a elas. “Qualquer mulher que não tenha uma profissão na mão é submissa”, salienta. “Não é submissa, é escrava do marido”, corrige. “A mulher tem de ter a sua independência. A mulher tem de fazer da vida dela o que ela achar por bem.”

Os filhos ouviram os seus discursos sobre o valor da educação e assimilaram-nos. Todos completaram, pelo menos, o secundário. “A minha segunda não acabou o secundário aqui, ficou doente. Acabou em Portugal. Fez Fisioterapia. Mas os outros dois fizeram aqui o 12.º ano. A minha primeira não apanhou profissão. Arranjou marido e ficou só com 12.º ano. Trabalha na Migração e Fronteira. O meu filho conseguiu uma bolsa para o Brasil, fez Engenharia Civil, casou-se com uma brasileira.”

Na Associação São-Tomense para o Planeamento Familiar, ainda vê muitas mulheres que não valorizam a educação. “Muitas, mesmo

TENHO AQUI CASOS DE MENINAS COM
15, 16 ANOS, JÁ NO 11.º ANO, GRÁVIDAS
DE HOMENS MAIS VELHOS, NÃO DE
COLEGAS.



jovens, preferem essa gravidez da adolescência. Preferem os mais velhos, que têm outras possibilidades e o seu lar. Preferem essa vida do que estudar. Tenho aqui casos de meninas com 15, 16 anos, já no 11.º ano, grávidas de homens mais velhos, não de colegas.”

Não é só descuido. Aparecem-lhe raparigas de 16 anos à procura de medicamentos para engravidar mais depressa. “Se estão em casa do marido, se não engravidam logo nos primeiros meses, vêm à procura. Porque o marido exige, os familiares dele exigem. ‘Já está com meu filho há três, quatro meses, não dá filhos, não vale a pena, então é melhor você deixar dele.’ E ela, aflita, procura solução.”

Vicentina Fernandes pode ser dura com essas adolescentes: “Você é mesmo burra! Jovem, na flor da idade, com tanta coisa boa à frente, vai engravidar? Mesmo se é gravidez do teu colega, ele vai avançando, quem vai ficar para trás é você. Vai fazer uma gravidez muitas vezes doente e depois vai ter esse filho, vai parar mais dois anos, cuidar do filho. Você perde a tua mocidade, a tua juventude!”

Também acontece o inverso. Também aparecem adolescentes desesperadas para interromper uma gravidez.

Além de promover o planeamento familiar e a paternidade responsável, prevenir gravidez da adolescência e doenças sexualmente transmissíveis, na Clínica Saúde e Paz, a Associação São-Tomense para o Planeamento Familiar auxilia mulheres que desejam interromper a gravidez. A interrupção voluntária da gravidez não é crime, desde

que realizada nas primeiras doze semanas por médico e sob vontade expressa da mulher.

“Há muito aborto de risco”, lamenta Vicentina Fernandes. No serviço público de saúde é só objectores de consciência. “Os abortos que não se fazem nos centros de saúde próprios, que não se fazem no hospital, fazem-se em qualquer sítio. Há uns enfermeiros que fazem uns abortos anárquicos. É um perigo!”

Todas as mulheres que vêm abortar à Clínica Saúde e Paz passam por Vicentina Fernandes. Têm de preencher e de assinar um termo de responsabilidade. “Entram por aqui, são atendidas e saem. Eu é que sei das passagens delas e mais ninguém. Eu e a médica. O que a minha mão direita faz, a mão esquerda não tem de saber.”

Esta garantia de sigilo é importante. São Tomé é uma pequena ilha do Golfo da Guiné. “As pessoas conhecem-se em todo o lado”, comenta ela. “Eu é que não quero conhecer ninguém. Quando saio daqui não conheço ninguém, não quero saber. Porque as pessoas encontram-se na praça e comentam: ‘aquela que vai ali fez aborto há dias’. Para evitar essas coisas, as mulheres preferem vir sozinhas.”

Pudesse Vicentina falar com todos os jovens do país e dir-lhes-ia: “Não quer dizer que vão deixar de fazer sexo, ninguém deixa de fazer sexo. Se os meus pais não fizessem sexo, eu não teria nascido. Se eu não fizesse sexo, não teria filhos. Mas vamos fazer com responsabilidade. Nós temos os métodos todos aqui no centro para prevenirem gravidez.

HÁ UNS ENFERMEIROS QUE FAZEM UNS ABORTOS ANÁRQUICOS. É UM PERIGO!

130

Aborto não é prevenção. É preferível tomar comprimidos. Aborto tem os seus transtornos.”

Está reformada da função pública há dez anos. Não esteve sempre nesta sala verde a fazer a triagem. Já andou, por exemplo, a trabalhar com profissionais do sexo. Quer trabalhar enquanto for possível. “Preciso de trabalhar, não posso estar em casa, não gosto. Acho que em casa vou morrer mais cedo”, comenta.

Há uma motivação económica – “A reforma é muito magra. Não podemos estar a depender dos filhos porque eles também têm a sua vida. Acho que trabalhando ganho mais e dignifico-me mais.” Mas também há uma motivação social. “Quando não puder mais, não vou ficar em casa, vou para um lar dos idosos, onde me possa divertir com os outros. Não quero estar em casa, entre quatro paredes, sozinha.”

Embora não seja costume os idosos irem para lares, não vê outra hipótese. “As pessoas têm de começar a meter isso na cabeça. Porque o filho trabalha, a esposa trabalha, a filha também trabalha e o que é que eu faço?”, questiona. “Cada um está em sua casa, eu tenho a minha. Vou ficar aqui em casa e depois numa certa idade quando não puder trabalhar e movimentar-me muito vão dizer que sou feiticeira? Vão lá dar porrada? Vão maltratar? Para evitar essas confusões todas, é ir para um lar.”

A esperança de vida à nascença da população são-tomense tem estado a subir. Era 66 anos para as mulheres e 61 anos para os homens em

2001. Em 2015, tinha passado para quase 70 anos no caso das mulheres e 63 anos no caso dos homens. Só que envelhecer, em São Tomé e Príncipe, pode ser assustador.

Em seu redor, Vicentina Fernandes não encontra uma cultura de respeito pelos mais velho. “Aqui quando a pessoa é pobre e tem idade dizem que é feiticeira.” Não vê jeito de essa crença se alterar. “Temos a Igreja Católica que faz a sensibilização, temos outras religiões que fazem sensibilização mas está sendo difícil...” Há que assumir uma atitude preventiva. Está habituada a abrir caminho para a dignidade.

CONCEIÇÃO LIMA, UMA VOZ CRÍTICA DO PASSADO E DO PRESENTE

133

*O meu primeiro avô
que não se chamava Kunta Kinte
mas, quem sabe, talvez, Abessole*

*O meu primeiro avô
que não morreu agrilhado em James Island
e não cruzou, em Gorée, a porta do inferno*

*Ele que partiu de tão perto, de tão perto
Ele que chegou de tão perto, de tão longe*

*Ele que não fecundou a solidão
nas margens do Potomac*

Ele que não odiou a brancura dos algodoais

*Ele que foi sorvido em chávenas de porcelana
Ele que foi comprimido em doces barras castanhas
Ele que foi embrulhado em chiques papéis de prata
Ele que foi embalado para presente em caixinhas*

*O meu concreto avô
que não se chamava Kunta Kinte
mas talvez, quem sabe, Abessole*

É só um excerto do “Canto Obscuro às Raízes”, poema que integra o livro *A Dolorosa Raiz do Micondó* (2006). A incógnita sobre as origens faz parte da condição de qualquer ilhéu. “Todos nós viemos ou tivemos alguém que num determinado momento veio de algum lado”, diz Maria da Conceição de Deus Lima. E a ilha dela não é uma ilha qualquer. “A sua ilha é São Tomé, ponto de partida e de chegada numa viagem entre a memória e o desejo”, escreve o poeta, romancista, ensaísta, crítico e investigador literário português Helder Macedo no prefácio do livro *O País de Akendenguê* (2011).

Será, como se tem dito, uma voz da consciência para a Europa ocidental. Há na sua poesia uma preocupação de resgate da dignidade



daqueles que foram, como ela diz, “humilhados pela História, apagados pela História, assassinados pela História”. Mas é também uma voz do descontentamento do pós-independência.

“Este é um país cuja gênese é a escravatura, cujo desenvolvimento económico se faz na base da escravatura e, até aos anos 1960, de uma forma encapotada de escravatura. Isso marca ainda hoje a estrutura económica do país”, recorda Conceição Lima. “Basta ir às roças e ver como as pessoas estão lá acantonadas. Desgraçadamente em 40 e tal anos de independência não foram encontradas respostas...”

Há muita gente a morar nas antigas sanzalas espalhadas por todo o país. “Na casa grande... a morte está em curso. Vão morrer as casas grandes.” Na sua opinião, deveria haver um projecto de preservação daqueles espaços, depositários da história do país, mas não é isso que vê acontecer. “Há uma desagregação da ordem anterior que não correspondeu à construção da dignidade social, da erradicação da pobreza.”

Que ninguém a interprete mal. “Deixámos de ser colónia, conquistámos a independência e o direito de decidir os nossos destinos. Passámos a ser, todos, constitucionalmente, cidadãos com os mesmos direitos e deveres. Para mim, a importância dessa conquista histórica não pode ser questionada. Mas a dignificação do dia-a-dia – o direito à saúde, o direito à água, às creches para as crianças – ainda está muito por responder.”

Cresceu em Santana, a cerca de dez quilómetros da cidade de São

A DIGNIFICAÇÃO DO DIA-A-DIA – O DIREITO À SAÚDE, O DIREITO À ÁGUA, ÀS CRECHES PARA AS CRIANÇAS – AINDA ESTÁ MUITO POR RESPONDER.

137

Tomé. Teve “uma infância feliz” na quinta do avô, em São João da Vargem. Eram muitos irmãos. O pai, que era professor, ajudava-os a fazer os deveres escolares e incentivava-os a ler. “Tínhamos uma biblioteca antiga. Os livros faziam parte da respiração da casa.”

Talvez tenha sido a “respiração da casa”. Talvez o exemplo do pai, que compunha canções para a mãe. Talvez tenha sido tudo isso. Conceição Lima começou a escrever ainda na adolescência. E cedo se afirmou na poesia, embora só muito mais tarde tenha começado a ver a sua obra assumir a forma de livro.

Frequentou o Colégio das Madres Canossianas e a Escola Preparatória Patrice Lumumba, que se chamava Liceu Nacional D. João II, situado no prolongamento da actual Rua de Angola. Foi lá que percebeu que queria ser jornalista. “Nós tínhamos um jornal de parede e eu era uma espécie de redactora-chefe. As minhas peças eram sempre muito elogiadas pela professora Augusta Beirão e eu queria ser jornalista.”

Lia as revistas que chegavam da “metrópole”. Era com base nelas que ela e os colegas faziam o jornal de parede, mas a Rádio Nacional também exercia sobre ela uma grande influência. Na sua poesia, nota-se a presença ou a influência de palavras em crioulo *forro*, o que força os editores portugueses a inserir glossário no final dos seus livros. “Isso vem não só de ouvir falar as avós, as tias mais velhas, os pais entre si, quando falavam sobre coisas que não queriam que soubéssemos, mas também da Rádio Nacional, das canções. Há um

conhecimento da língua que me vem muito das canções.”

Não se pôs logo a estudar Jornalismo. Casou-se muito cedo. Ia nos 16 anos. Retomou os estudos mais tarde, à noite. Concorreu ao primeiro recrutamento para formação de jornalistas da pós-independência, lançado pela poetisa Alda do Espírito Santo, então ministra da Informação e da Cultura. Entrou no jornal *Revolução*, o órgão oficial do Estado. Fez o curso básico ali mesmo, na cidade de São Tomé. Estagiou n’*O Jornal*, na Avenida da Liberdade, no centro de Lisboa, em Portugal.

Trabalhou anos no jornal *Revolução*. Fundou o jornal independente *O País Hoje*, em 1993. Passou pela Rádio Nacional e pela TVS. Foi correspondente da ANOP, hoje convertida em agência Lusa, mas também da *Voz da América*, da *Radio France International*, do jornal *Público*, da BBC. E acabou por ser recrutada pela BBC para trabalhar nos serviços de língua portuguesa em Londres, em Inglaterra.

De certa forma, mudar-se para Inglaterra era um encontro com um imaginário que a habitava desde a infância – “o nevoeiro de Londres, a liberdade que significava o High Park Corner”. Lia alguns autores ingleses. Esforçou-se para aprofundar o conhecimento da língua inglesa e para aprender o *savoir faire* da BBC. “Admirava a forma como a BBC estava organizada. Aliás, admirava a forma como a sociedade estava organizada, o respeito pelas minorias, o esforço e a preocupação do Estado, a cultura, os museus... Ai, os museus!”

Ao fim de 15 anos, tornou à origem. “Sentia muitas saudades de São Tomé. Nos últimos anos, sonhava com São Tomé.”

Está muito ligada às raízes. Isso vê-se nos livros que foram publicados nos últimos anos – *O Útero da Casa* (2004), *A Dolorosa Raiz do Micondó* (2006), *O País de Akendenguê* (2011) e *Quando Florirem Salambás no Tecto do Pico* (2015). “Há um eu profundamente ligado às raízes, mas que não se esgota aí, que se expande para África e que permite conexões com outras estéticas, suponho.”

Antes de se mudar para Londres, tinha iniciado um programa de debate político a que chamara *Clonvessá*. Em 2009, quando regressou, iniciou outro do mesmo género, a que chamou *Em Directo*. Estava nisso quando, em 2010, a ADI, a Acção Democrática Independente, ganhou as eleições e o primeiro-ministro, Patrice Trovoada, a convidou para fundar um gabinete de comunicação e imagem. Não aceitou.

Como grande parte da população de São Tomé e Príncipe é de origem cabo-verdiana, o arquipélago é palco das campanhas eleitorais de Cabo Verde. Em vésperas de legislativas aterrou o então primeiro-ministro de Cabo Verde e líder do Partido Africano da Independência de Cabo Verde, José Maria das Neves. Conceição Lima entrevistou-o. “Ele atacou duramente o projecto eleitoral do MpD [Movimento para a Democracia].”

O programa foi visto em Cabo Verde pelo então líder do MpD, Carlos Veiga. Quando, por sua vez, Carlos Veiga veio a São Tomé,



A LIBERDADE DE IMPRENSA ESTÁ SERIAMENTE CERCEADA. ISTO AFECTA OS JORNALISTAS INDEPENDENTES, PORQUE DARIAM ESPAÇO A TODOS OS SEGMENTOS DA SOCIEDADE.

pediu à TVS que lhe desse direito de resposta. A entrevista chegou a ser agendada. “No dia da entrevista, o director da TVS disse-me que não poderia haver entrevista porque o Governo não estava de acordo”, conta.

Conceição Lima escreveu um artigo, no jornal digital *Téla Non*, “denunciando a censura brutal”. “A entrevista que Carlos Veiga não deu”. Logo no dia seguinte, foi informada de que o seu contrato não seria renovado. Houve um movimento internacional de solidariedade, que despertou em Angola e teve epicentro em Portugal. “A coisa acabou por esfriar”, claro. Não sem uma travessia no deserto. “Eu estive dois anos fora dos órgãos de comunicação social. Não fui transferida para outro órgão, não fui posta na prateleira, fui irradiada.”

Só quando o MLSTP-PSD tornou a assumir a liderança do país, Conceição Lima foi convidada a regressar à TVS. Fundou, então, o *Cartas na Mesa*. “Era um programa para exercício de contraditório como contributo ao exercício da cidadania e afirmação da opinião pública esclarecida”, elucida. “Era um espaço de liberdade em que a oposição e sociedade civil tinham voz. Em 2014, quando o ADI ganhou as eleições novamente, acabou com o programa. Eu sou *persona non grata* para o ADI.”

A ingerência do Governo nos media não é uma novidade no território nacional. “Sempre houve, em maior ou menor grau, uma governamentalização”, diz. “O que se passa com este Governo é

SÃO RAROS OS PAÍSES EM ÁFRICA, E NO MUNDO, QUE JÁ TIVERAM DUAS PRIMEIRAS-MINISTRAS. FORAM ACIDENTES FELIZES.

142

um exacerbamento desta governamentalização. Nós vivemos uma situação muito difícil neste momento.”

Não tem medo de o dizer nem tem medo que digam que disse: “A liberdade de imprensa está seriamente cerceada. Isto afecta os jornalistas independentes, porque dariam espaço a todos os segmentos da sociedade, incluindo a oposição e a sociedade civil crítica. E o objectivo é barrar a oposição e a sociedade civil crítica.”

As redes sociais não lhe servem de consolo. “As redes sociais têm um alcance limitado num país onde as pessoas são muito pobres e o acesso à internet é reduzido. Isto limita o alcance das mensagens da oposição, mas cerceia também o processo de formação de uma sociedade civil esclarecida. Não há sociedade civil esclarecida sem imprensa livre. E este Governo é inimigo da imprensa livre.”

Deixou de se dedicar ao jornalismo político, apesar da licenciatura em Estudos Afro-Portugueses e Brasileiros no *King’s College*, do mestrado em Estudos Africanos, com especialização em Governos e Políticos em África, na *School of Oriental and Africa Studies* (SOAS), da experiência profissional. “Faço peças sobre cultura, sobre sociedade. Mesmo essas, só as que não permitem exercício crítico.”

Agora, como antes, tenta incluir mulheres, dar-lhes espaço, voz. “Tive sempre a preocupação de incluir mulheres”, garante. “Nos meus debates era uma preocupação permanente. Mas nem sempre era possível. Sempre foi muito mais fácil obter a anuência de homens. Raras vezes

consegui a paridade. E não foram raras as vezes em que não consegui uma única mulher. Parecia-me haver um constrangimento resultante, talvez, da fraca tradição de debates e da fraca participação de mulheres nesses debates.”

Parece-lhe que o país tem um longo caminho a percorrer em matéria de participação das mulheres, embora seja um dos poucos países do mundo que já tiveram duas primeiras-ministras – a Maria das Neves e a Maria do Carmo Trovoada. “São raros os países em África, e no mundo, que já tiveram duas primeiras-ministras. Só que isto não correspondeu a uma agenda, mas a momentos de processos políticos. Foram acidentes felizes. Basta dizer que o objectivo de 30% de quotas para mulheres no Parlamento está por cumprir. Não há uma atitude de censura à participação da mulher, mas há todo um quadro, nomeadamente de responsabilidades parentais. Há preconceitos não assumidos e não afirmados.”

Nesta nova fase, fez um marcante documentário sobre maus tratos a idosos – *Fitxicêlu, crenças, estigmas e ostracismo*. “O que me levou a buscar este tema foi a consciência de que hoje, em São Tomé e Príncipe, envelhecer, sendo-se pobre e mulher, é uma descida aos infernos”, explica. “Se se é velha e pobre, é-se feiticeira, marginalizada, ostracizada, violentada, expulsa das comunidades, submetida a uma morte cívica e social e, em alguns casos extremos, ao assassinato físico com requintes de barbaridade.”

Não é um fenómeno rural. “A crença na feitiçaria é transversal a toda a sociedade, por isso não há, ou não se sente, a mínima vontade de delinear uma política pública de resposta”, solta, num misto de acusação e lamento. “Se os dirigentes políticos acreditam, se os responsáveis do Estado acreditam, se os assistentes sociais acreditam, se os professores acreditam, se os agentes religiosos acreditam, como é que vai haver uma política pública? As pessoas assobiam para o lado. A voz que se tem erguido permanente e vigorosamente contra isso é a do bispo da Diocese de São Tomé, D. Manuel António Santos.” O bispo nota que estes fenómenos culturais existem em todo o mundo, mas em África assumem maior expressão. E não aceita que umas pessoas condenem outras pessoas ao ostracismo por terem crenças “absurdas” de que são feiticeiras, têm maus olhados, rogam pragas.

Os homens também são acusados de feitiçaria. Esse é, porém, um fenómeno que afecta mais as mulheres. E tudo pode começar dentro da família, amiúde nos próprios filhos. “Terá também a ver com a incapacidade de compreender os sinais de senilidade. A pessoa deixa de dormir bem, passa noites acordadas, começa a falar sozinha, é feiticeira”, observou. Não encontrou estratégias de sobrevivência naquelas mulheres. “O que encontrei foi uma extrema solidão, uma extrema vulnerabilidade e um extremo sofrimento. Estratégias por parte dessas pessoas não existem”, narra. Vistas como feiticeiras, são encaradas como a causa de todos os males. Não raras vezes, são

EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, ENVELHECER, SENDO-SE POBRE E MULHER, É UMA DESCIDA AOS INFERNOS.

proibidas de contactar com crianças. São apontadas. E agredidas com punhos, com paus, com pedras.

145

Têm de sair das suas casas, muitas vezes. Vão para casa de outros familiares. Vão para lares de idosos da Santa Casa da Misericórdia e da Cruz Vermelha, mas esses equipamentos têm uma capacidade muitíssimo limitada. “Aqui há a cultura dos quintais – as pessoas têm a sua casinha, o seu quintal, onde têm as suas ervas de cheiro, as suas galinhas. Serem, de repente, no fim da vida, confinadas a um espaço estranho... é a negação de tudo o que foi o seu *modus vivendi*.”

Todo o quadro acima descrito lhe parece “absolutamente assustador”, apesar de não padecer das vulnerabilidades daquelas mulheres. Está com 56 anos. “Tenho a certeza de que vou envelhecer aqui. Estive muito tempo fora, a possibilidade de emigrar não entra nos meus planos, apesar de todos os pesares”, assegura. Escreveu um poema sobre “A Lenda da Bruxa”, não fosse toda a sua poesia algo que parte da sua ilha, mas que vai além dela.

*San Malanzo era velha, muito velha.
San Malanzo era pobre, muito pobre.
Não tinha filhos, não tinha netos
Não tinha sobrinhos, não tinha afilhados
Nem primos tinha e nem enteados
Ela era muito pobre e muito velha
Muito velha e muito pobre era.
Era velha, era pobre san Malanzo
Pobre e muito velha
Velha e muito pobre
Era velha e pobre
Era pobre e velha
Velha pobre.
Pobre velha
Velha
Pobre
Feiticeira.*

AUTORES

HISTÓRIAS DE ANA CRISTINA PEREIRA

Ana Cristina Pereira é uma jornalista portuguesa que trabalha como repórter do jornal Público desde 1999. Nessa qualidade, dedica-se a temas de direitos humanos e exclusão social. Alguns dos seus trabalhos têm sido publicadas em livros colectivos ou individuais. É autora dos livros de reportagem *Meninos de Ninguém* (Ulisseia, 2009), *Viagens Brancas* (Arcádia, 2011) e *Movimento Perpétuo* (FFMS, 2016).

De um dos seus trabalhos de voluntariado resultou o livro *Desafios – Direitos das Mulheres na Guiné-Bissau* (ACEP/Liga Guineense de Direitos Humanos, 2012), que co-assina com Nelson Constantino Lopes. E das suas inquietações com os direitos humanos e o jornalismo resultou o livro *Todas as Vozes / All the Voices* (SOS Racismo, 2014), que co-assina com Mike Jempson. Tem feito parte de grupos de jornalistas europeus que reflectem sobre media e diversidade e dado workshops sobre essa matéria. E está sempre pronta para novos desafios. Em 2017, co-coordenou o livro *As Vozes do Silêncio – um grupo de sem-abrigo em busca de cidadania, uma iniciativa d’As Vozes do Silêncio*, plataforma do Núcleo de Planeamento e Intervenção em Sem Abrigo do Porto, uma obra que alia cerca de 80 pessoas, entre jornalistas, escritores, fotógrafos, ilustradores e pessoas com experiência de rua.

Licenciada em Comunicação pela Universidade do Minho, Ana Cristina Pereira tem também um interesse especial por teatro e cinema de animação. A sua primeira peça de teatro, Onde o Frio se Demora, foi co-produzida pela companhia Narrativensaio e pela Casa das Artes de Famalicão e levada à cena em 2016.

FOTOGRAFIAS DE DÁRIO PEQUENO PARAÍSO

Nascido em 1991 em Lisboa, Dário Pequeno Paraíso é são-tomense e português. Filho de são-tomenses residentes em Portugal, é um fotógrafo e um designer gráfico a trabalhar em regime de freelancer. Estudou Administração Pública no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2009-2013). Chegou, pela primeira vez, em 2013 a São Tomé e Príncipe decidido a conhecer as suas origens, traços e motivações existenciais, dando os primeiros passos nas áreas criativas. Totalmente autodidacta, em 2014 começou a usar a fotografia como interlocutor das diferenças sociais, económicas e culturais que vai descobrindo e conhecendo. Entre pequenas intervenções fotográficas e colaborações na área, Dário Pequeno Paraíso procura revelar pelo seu olhar a simplicidade do quotidiano urbano e rural, os movimentos e as energias do que o rodeia.

Os seus desafios fotográficos começam em 2016. Assinou as fotografias da reportagem sobre São Tomé e Príncipe que integra a série “Racismo em Português”, feita pelo jornal Público com o apoio da Fundação Francisco Manuel dos Santos. E a sua primeira exposição fotográfica, Ilhando, esteve patente em São Tomé.

FINANCIADORES



PROMOTORES

